

CONTRIBUTOS PARA O CONHECIMENTO SOBRE O PASSADO DO ALENTEJO¹

Marcos Olímpio Gomes dos Santos²

Plano esquemático

1. O Alentejo até à formação da nacionalidade
 - 1.1. O Alentejo da pré-história à idade do ferro
 - 1.2. O Alentejo durante os domínios Romano e Árabe
2. O Alentejo desde a formação de Portugal até ao século XIX
3. Do século XIX até aos nossos dias
 - 3.1. Durante o século XIX
 - 3.2. Durante o século XX

Síntese

Bibliografia

Évora

Julho de 2011

¹ Documento em aberto (*living document*), susceptível de ser reformulado por sugestão dos leitores ou devido a recolha de informação adicional e retirado da tese de doutoramento do autor.

² Sociólogo. Membro do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” (Universidade de Évora).

SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
CCRA	Comissão de Coordenação da Região Alentejo
CEE	Comunidade Económica Europeia
CMVN	Câmara Municipal de Vendas Novas
CCOPA	Comissão Coordenadora de Obras Públicas do Alentejo
DL	Decreto Lei
EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva
ha	Hectare
ISESE	Instituto Superior Económico e Social de Évora
Km	Kilómetro
OID	Operação Integrada de Desenvolvimento
OT	Ordenamento do Território
PIDD	Plano Integrado de Desenvolvimento Distrital
PDM	Plano Director Municipal
PIDDAC	
PO	Programa Operacional
UCP	Unidade Colectiva de Produção

ABSTRACT

O presente texto que o autor adaptou da respectiva tese de doutoramento, defendida em 1998, incide sobre a região Alentejo, nomeadamente sobre o seu passado desde a pré-história até meados dos anos 80 do século XX, encontrando-se para o efeito dividido em 3 capítulos. Os dois primeiros sobre tópicos anteriores ao século XX, e o terceiro sobre questões ocorridas neste século.

Visa-se com esta iniciativa contribuir para o conhecimento sobre os antecedentes da região e realizar a actualização da informação recolhida.

Palavras chave: Alentejo; Portugal; Século XIX; Século XX.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
A- INFERÊNCIAS PROPORCIONADAS PELA PESQUISA.....	5
B - RESULTADOS OBTIDOS COM A PESQUISA.....	6
1. O ALENTEJO ATÉ À FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE.....	6
1.1 - O ALENTEJO DA PRÉ-HISTÓRIA À IDADE DO FERRO.....	6
1.1.1. Idade da Pedra e Idade do Bronze.....	6
1.1.2. I Idade do Ferro.....	9
1.1.3. II Idade do Ferro.....	10
1.2. - O ALENTEJO DURANTE OS DOMÍNIOS ROMANO E ÁRABE.....	12
1.2.1. O Domínio Romano.....	12
1.1.2. O Domínio Árabe.....	13
2. O ALENTEJO DESDE A FORMAÇÃO DE PORTUGAL ATÉ AO SÉCULO XIX...	16
3. DO SÉCULO XIX ATÉ AOS NOSSOS DIAS.....	19
3.1. DURANTE O SÉCULO XIX.....	19
3.2. DURANTE O SÉCULO XX.....	23
3.2.1. Até aos primeiros 65 anos	23
a) Situação social.....	23
b) Dinâmica económica.....	27
1. O montado de sobre.....	27
2. O montado de azinho e o eucalipto.....	30
3. O trigo.....	30
4. Cevada.....	32
5. O milho.....	33
6. O surto de arroz.....	34
7. O surto do tomate.....	35
8. O azeite.....	36
9. A suinicultura.....	38
10. Os ovinos.....	38
11. Os bovinos.....	39
12. Os equinos.....	40
13. “Adinamia” industrial.....	41
c. As infra-estruturas.....	41
3.2.2. Desde 1965 a1985.....	44
SÍNTESE	51
BIBLIOGRAFIA.....	58

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente texto, retirado da tese de doutoramento do autor, finalizada em 1997 e defendida em 1998, tem como finalidade expor a informação recolhida sobre o Alentejo, visando actualizar essa informação e diversificar as matérias através das quais se pode caracterizar a região.

A motivação subjacente à reactivação do presente trabalho assenta no facto de até à data do reinício da pesquisa, o autor não conhecer nenhuma publicação que se debruçasse sobre o Alentejo ao longo dos tempos tal como consta neste texto.

O trabalho de pesquisa encontra-se explanado nos seguintes pontos: i) O Alentejo até à formação da nacionalidade; ii) O Alentejo desde a formação de Portugal até ao século XIX; iii) Do século XIX até aos nossos dias (terminando em 1985, ano antecedente à entrada do país na CEE). No seguimento destes pontos consta uma Síntese e a Bibliografia em que o autor se baseou para efectuar o trabalho apresentado.

A metodologia adoptada para realização do texto apresentado, assentou na pesquisa bibliográfica, que consistiu primeiro numa compilação das publicações recenseadas, e numa posterior contrastação, de forma a comparar e complementar a informação recolhida.

As dificuldades encontradas para cumprimento dos objectivos da investigação consistiram essencialmente na insuficiência de informação actualizada sobre a região, pelo que o autor teve de se restringir a anos anteriores à data do trabalho de campo.

A - INFERÊNCIAS PROPORCIONADAS PELA PESQUISA

1

Populacionalmente atractivo antes da reconquista cristã. Populacionalmente repulsivo quase sempre a partir de então.

Ordenado em grande parte por romanos mas também por árabes que (a partir da herança construída pelos colonizadores precedentes), consolidaram ou fundaram aglomerados urbanos, reforçaram um padrão de povoamento concentrado, dinamizaram a vida urbana, abriram vias rodoviárias, alargaram traços duráveis (actividade agrícola) ou intermitentes (actividade extractiva) da actual base económica, e adoptaram uma estrutura fundiária onde sobressai a grande propriedade, que os reconquistadores cristãos mantiveram e ampliaram, e que tem subsistido até aos nossos dias

2

Na Pré-História e na Antiguidade foi uma região significativamente colonizada (relativamente ao restante território circundante, nomeadamente o que se situava a Norte do Tejo), devido provavelmente a factores tais como: regularidade geográfica, riqueza de recursos minerais (altamente valorizados), relativa amenidade climática. A evolução do Alentejo passa seguidamente por um período "orientalizante", assim denominado por caracterizar um período de contactos mais ou menos frequentes com fenícios, gregos e cartagineses, e por um período de "romanização", denominação dada a um processo mais vasto de alteração da paisagem e dos modos de vida da população autóctone, cingidos ao molde da cultura romana (esta sim com influências bastante mais perenes). Este espaço conheceria ainda um inconsequente domínio visigótico, substituído vantajosamente pelo islamismo que introduziu importantes alterações técnicas na agricultura e, outros relevantes avanços culturais.

À reconquista cristã suceder-se-ia a distribuição de terras que correspondia simultaneamente a uma função de retribuição pelo auxílio militar prestado e a uma necessidade de afirmação e efectivação da posse de terra. Daí advém uma estrutura fundiária que poderá ter marcado a evolução do Alentejo.

3

Após a reconquista cristã, a importância da região decairia devido à diminuição do interesse pelos recursos oferecidos (manchas de solos com aptidão agrícola, minérios), causada pelo posicionamento geo-político e económico dos novos colonizadores, que na sequência da vitória sobre os árabes procederam a uma distribuição de terras por nobres e por ordens religiosas (como forma de retribuição pelo auxílio militar prestado), dando assim

origem a uma estrutura fundiária que pelo seu pouco dinamismo, viria a contribuir para depreciar também a região

4

Os mesmos factores geo-ecológicos, que durante os domínios romano e árabe, constituíram uma vantagem, transformaram-se assim noutras circunstâncias, em entraves ao desenvolvimento. Mais recentemente, a agricultura nos moldes em que se processou (absentismo, predominância do sequeiro) deixou de ser um factor de desenvolvimento e é a expressiva importância da actividade agrícola desprovida de inovações, associada a um sector terciário predominantemente não comercializável (quando os mecanismos do desenvolvimento se têm movido muito em torno da industrialização), que têm contribuído para acentuar ainda mais as assimetrias, desde há longa data existentes entre o Alentejo e as regiões mais ricas do país.

São estes genericamente os traços que caracterizam desde a Antiguidade, a evolução do actual Alentejo.

B - RESULTADOS OBTIDOS COM A PESQUISA

1. O ALENTEJO ATÉ À FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE

1.1 - O ALENTEJO DA PRÉ-HISTÓRIA À IDADE DO FERRO

Ocupação do território mais no interior (com relevância para o nordeste) do que no litoral, polarizada num número reduzido de agregados populacionais, início da actividade pastoril e agrícola, da actividade mineira e da actividade piscatória, chegada de novos povos, uns com mais influência no litoral e provenientes da bacia do Mediterrâneo (processo de orientalização), e outros com mais influência no interior e provenientes do centro da Europa (processo de continentalização).

É assim que sucintamente se pode aludir às principais características que marcaram a evolução do Alentejo na Antiguidade

1.1.1. / Idade da Pedra e Idade do Bronze

É difícil demarcar temporalmente o início da ocupação populacional do território que hoje corresponde ao Alentejo, zona que dispõe de recursos naturais atractivos, nomeadamente de uma geomorfologia que propicia a motilidade (mobilidade geográfica), e de um subsolo rico em minério.

Há vestígios que comprovam a ocupação da zona de Évora-Monte no Paleolítico Superior (40 000 a 8 000 a.C.). Mas é no Epipaleolítico (8 000 a 5 000 a.C.) que aparecem vestígios de ocupação humana no Vale do Tejo e no Vale do Sado. Durante o Neolítico,

povos mediterrânicos terão introduzido na actual região Alentejo a agricultura, a pastorícia e a cerâmica, como comprovam os vestígios encontrados na gruta do Escoural, em Cabeço de Pez (Vale do Sado), Lapa do Fumo (Sado), Melides, Comporta e S. Domingos da Serra (Santiago do Cacém).

Mas é de 5 000 a 2 000 a.C., com o Megalitismo³ que o Alentejo adquire grande relevo (v: OLIVEIRA, 1995). Com efeito, segundo alguns autores, esta cultura poderá ter tido origem provavelmente no Alto Alentejo, de onde terá irradiado para outros pontos, embora "revelando um certo empobrecimento de estruturas e de mobiliário votivo à medida que se foi distanciando, no tempo e no espaço, do seu foco alentejano" (SERRÃO, 1977, p. 38)

O Alentejo conheceu ainda algum relevo durante o Calcolítico, período de transição entre o megalitismo e a Idade do Bronze. Neste período existe já alguma mineração de cobre, os povoados, até então desprotegidos, passam a ser fortificados com várias linhas de defesa, mas o mais importante é a utilização dos animais não apenas para consumo directo mas também como fonte de energia. A utilização do carro e do arado permite um melhor aproveitamento do solo e a fixação das populações junto de solos da classe A (solos mais ricos mas pesados). O aumento da produção e a existência de excedentes tiveram por certo consequências económicas e sociais consideráveis.

Esta civilização é produto de influências mediterrânicas e desenvolveu-se na Península Ibérica de Sul para Norte.

O sudoeste viria a conhecer ainda durante a Idade do Bronze,⁴ uma civilização metalúrgica. A grande característica desta civilização parece ter sido a utilização do cobre, ouro e bronze que aparecem no mobiliário juntamente com a cerâmica. O Bronze II do sudoeste terá sido contemporâneo do Bronze Atlântico do Noroeste de Portugal. Contudo para Orlando RIBEIRO (1986, p. 379), a existência desta civilização não é despendida e a sua importância advém, mais uma vez, da importância dos seus recursos minerais. Numa apreciação um pouco generalista, o autor afirma que "o Alentejo é rico em minas de pirites cupríferas e, enquanto os castros do Norte passam da pedra polida ao ferro, introduzido pelos celtas, a Idade do Bronze está larga e ricamente representada no sul" (RIBEIRO, 1986, p. 380).

Achados arqueológicos deste período em Évora e Ourique comprovariam a existência de deslocações do Centro da Europa designadas como a "primeira vaga indo-europeia" que viria a fixar-se na região da Beira Interior, estendendo-se até Cáceres e Badajoz. Por esta altura, existiam algumas povoações no sudoeste peninsular (litoral alentejano) como Cerradinha (Lagoa de Santo André), Quitéria e Pessegueiro (Sines).

³ Cultura marcada pela prática da inumação colectiva em grandes monumentos. O megalitismo peninsular poderá ter sido originário de migrações orientalizantes ou centro-europeias. Uma outra hipótese é a de que tivessem surgido vários pólos, embora com características próprias, particularidades e regionalismos. O Alentejo é certamente um desses pólos.

⁴ Veríssimo SERRÃO subdivide a Idade do Bronze em duas fases: Bronze I (1500 a 1100 a. C.) e Bronze II (1100 a 700 a.C.). Carlos FABIÃO (1993) opta pela designação de Bronze Final.

Carlos FABIÃO (1993) aponta algumas teses que defendem que estes povoados seriam constituídos por grupos migrantes sazonais que ocupavam a região intermitentemente para fornecer a comunidade de pertença. A sua tese pessoal é a de que se trataria de comunidades pequenas, periféricas a algumas unidades habitacionais de maior dimensão, situadas no interior junto a ricas jazidas de minério que supririam as necessidades de produtos marítimos.

Temos aqui uma cisão litoral/interior, à época mais favorável ao interior, rico em recursos altamente valorizados.

À fragilidade dos povoados do litoral alentejano, contrapõe-se, de facto, a perenidade e a solidez dos povoados do interior. Dois destes povoados situavam-se na zona de Évora (Castelo do Giraldo e Coroa de Frade) e dois outros na zona de Beja (Outeiro do Circo e Passo Alto). Tratava-se de povoações fortificadas que apresentavam por vezes várias cinturas de muralhas.⁵ Esta preocupação defensiva afirma-se à revelia das condições naturais que até ao momento poderiam ter agido como factor dissuasor da fixação.

Um outro aspecto importante é o aparecimento do habitat concentrado. Este tipo de habitat atingiu, de acordo com o autor, dimensões impensáveis noutras regiões como as Beiras ou o Noroeste. Trata-se de uma especificidade do território alentejano.

Estes povoados viveriam da exploração de jazidas de cobre a que aliariam alguma actividade agro-pastoril. Estas sociedades do interior eram sociedades bem estratificadas, dominadas por uma aristocracia guerreira, que transformam a apenas insinuada estratificação dos povoados do litoral, num tímido reflexo desta outra importante realidade interior" (FABIÃO, 1993, p. 111)

A análise dos achados metálicos nomeadamente em Coroa de Frade, aponta para a escassez de estanho que obrigam à produção de objectos de cobre impuro. É possível de resto que tenha existido uma complementaridade entre o noroeste rico em estanho e o sudoeste rico em cobre.

O intercâmbio far-se-ia, então, através da Estremadura portuguesa, extremamente facilitado pelo relevo a sul do Tejo. Graças ao controle da exploração e comércio relacionado com jazidas de cobre, floresceram algumas zonas litorais ou ribeirinhas.

Desta forma, ter-se-iam desenvolvido algumas povoações nas margens do Sado, responsáveis pelo controle do cobre na serra da Caveira, podendo dever-se a este comércio a ocupação do castelo de Alcácer do Sal nesta época do Bronze Final.

Também no Guadiana haveria povoações na região de Mértola, relacionadas com a exploração das jazidas de cobre de S. Domingos. O autor conclui que "estes importantes povoados do litoral constituirão muito provavelmente, o último elo de uma importante rede de

⁵ Segundo Carlos FABIÃO (1993, p. 11) "tais construções defensivas destinavam-se a impedir eventuais atacantes de se aproximarem da cintura da muralha e são particularmente úteis para dissuadir os ataques com cavaleiros."

relações urdida em torno do controle, exploração e comércio do cobre alentejano" (FABIÃO, 1993, p. 113).

Durante um período de transição mantêm-se concomitantemente as práticas relacionadas com o cobre e o estanho, e as práticas ligadas à fundição de ferro.

1.1.2. / Idade do Ferro

A passagem para a Idade do Ferro, após o aparecimento deste metal no Mediterrâneo Oriental, inicia, a partir do século X a.C., um período de contactos comerciais que destacam a forte atracção exercida pelo território ibérico relativamente a alguns povos, a começar pelos fenícios,⁶ que estabeleceram contactos com os povos aqui radicados. Este povo trocava objectos manufacturados (tecidos, estatuetas, cerâmica) por metais, e fundou várias colónias na península.⁷

A I Idade do Ferro é identificável no Baixo Alentejo e Algarve estendendo-se ainda até Alcácer do Sal e Vale do Tejo.⁸

Supõe-se que as povoações alentejanas desta época eram periféricas de grandes centros regionais. A estrutura dos povoados (quase sempre pequenos e sem grandes preocupações defensivas), a fragilidade e rudimentaridade das habitações, contrastam com alguma riqueza encontrada, nomeadamente, em objectos importados que parecem reforçar a ideia de que uma aquisição deste tipo só era possível por dependência de um centro regional de maiores dimensões, possivelmente situado no reino dos Tartessos.⁹

A estrutura política do reino dos Tartessos, da "brilhante civilização dos Tartessos", nos termos de Orlando RIBEIRO, organizado em cidades-estado poderia significar que estas povoações eram extensões destes centros, ou talvez, que o domínio do reino dos Tartessos impedia o desenvolvimento a Ocidente (Alentejo).

O único grande centro regional conhecido em território português é um povoado localizado no castelo de Alcácer do Sal (Bevipo).

⁶ "A esta nova realidade tem vindo a chamar-se 'Período Orientalizante' ou Período das Colonizações, na medida em que se materializa em duas grandes manifestações nem sempre fáceis de seguir claramente no terreno. Uma, constituída pela assimilação e conseqüente imitação e alteração de práticas de origem mediterrânica. Outra, representada pela implantação efectiva de população de origem Oriental, semita, no território peninsular. Esta não só reproduz no seu habitat e vida quotidiana os modelos da sua região de origem mas também produz localmente vários bens típicos dessas regiões." (Carlos FABIÃO, 1993, p.119)

⁷ Nomeadamente Gades (Cádiz), Hispalis (Sevilha) e Malcateia (Algeciras). Mas se a zona de influência fenícia é geograficamente limitada ao litoral, culturalmente porém, a sua influência transcende claramente os limites geográficos.

⁸ Uma das características desta época (a par de objectos de ferro e de cerâmicas fabricadas em forno de oleiro) é o aparecimento de uma escrita aparentada ao alfabeto fenício, chamada "escrita do sudoeste" ou escrita ibérica. O seu uso seria selectivo e leva a supor que teria havido uma complexificação da sociedade e o aparecimento de uma classe letrada. A primeira escrita local, chamada de "escrita meridional" surgia por volta do século VII a.C., e era uma mistura entre os símbolos do alfabeto fenício e o idioma local, sendo uma escrita semi-silábica, na qual uns signos correspondem a letras e outros a sílabas. Assim, a escrita da região sudoeste seria um sucedâneo da primeira escrita meridional.

⁹ A fronteira geográfica do reino dos Tartessos situava-se a Leste do Guadiana, embora sem uma delimitação claramente definida. Para ocidente encontravam-se os Cinetes ou Cinetas com uma realidade étnica completamente diferente. Parece interessante que em algumas inscrições da escrita do sudoeste apareça a palavra *conii*, aventando os autores a hipótese de que esta palavra se referisse ao nome do povo (denominado Cinetes ou Cunetas por Heródoto).

De resto, as zonas litorais parecem ter sofrido uma influência cultural mais acentuada do chamado processo de orientalização do que as zonas do interior (sujeitas a outras influências).

A orientalização fez-se sentir primordialmente na região sul do território português. Só tardia e lentamente as inovações se estenderam ao Norte, interior e litoral (tendo estas regiões, por seu lado, sofrido maior influência dos povos célticos, também chamados indo-europeus de segunda vaga). É assim que a técnica do torno do oleiro é introduzida primeiramente no sul e a prática da moldagem manual de argila permanece noutras regiões até bastante tarde. Os fenícios trouxeram ainda a metalurgia do ferro, que fizeram acompanhar de novas técnicas de extracção do minério, alargaram a zona de cultivo dos cereais e introduziram a produção do vinho¹⁰ e do azeite.¹¹

Toda esta dinamização económica provocou a necessidade do incremento da fabricação de ânforas para transporte de vinho, azeite e condimentos, o que contribuiu para melhorar a arte da cerâmica.

A actividade piscatória foi intensificada durante este período. A indústria de salga de peixe conheceu um desenvolvimento significativo. A indústria piscatória incluía ainda o fabrico de condimentos de peixe para exportação. O Atlântico aparece aqui como uma fonte privilegiada de recursos marítimos.

Exploraram-se ainda alguns recursos que funcionavam como actividades colaterais de actividade piscatória: extracção de sal e recolha do murex (molusco utilizado na preparação de cor púrpura), para tinturaria.

Entretanto enquanto o sul conhecia um forte desenvolvimento desencadeado pelo contacto com a cultura oriental, no Norte persistia a cultura castreja.

A este respeito, a importância da introdução de algumas inovações no sul é justamente relevada por Carlos FABIÃO (1993, p. 162) "a extensão da produção vínica e do azeite marca a fronteira entre a barbárie e a civilização, para lá da qual se situam os povos de forte componente pastoril, da cerveja ou outras bebidas fermentadas não vínicas, e da utilização da gordura animal, quer na alimentação, quer como combustível."

1.1.3. II Idade do Ferro

A II Idade do Ferro (séculos V-IV a.C.) assiste a movimentações migratórias de populações de origem centro-europeia (célticas). A segunda vaga indo-europeia percorreu os mesmos trilhos da primeira vaga e trouxe consigo a cultura continental que viria a permanecer nalgumas regiões, nomeadamente no Norte, até à chegada dos romanos à península.

¹⁰ A vinha já nesta altura existia aqui em estado selvagem, mas só a partir do século XVII passou a ser cultivada.

¹¹ É possível que a exploração do azeite fosse já anterior à presença dos fenícios, dada a respectiva importância na alimentação, na medicina, na higiene e como combustível para a iluminação.

Para Carlos FABIÃO (1993, p. 165), as transformações trazidas pelos povos indo-europeus "contribuíram no essencial para demarcar ainda mais duas realidades em boa parte já existentes de há longa data: uma região sul e litoral mediterranzada, com centros urbanos e uma economia baseada numa agricultura forte e num poderoso e florescente comércio, a outra, interior, fortemente continental, de organização tribal, fundamentalmente, pastoril e guerreira."

Os povos que habitavam nesta altura a região sul do Tejo, mais propriamente entre o Tejo e o Guadiana, o que corresponde hoje ao Alentejo e ao Algarve talvez fossem os célticos. Estrabão caracteriza as regiões habitadas por este povo como razoavelmente férteis, embora se desconheça o que era aqui produzido. Parece haver apenas menção aos lanifícios da zona de Alcácer do Sal (que poderiam não ser de Alcácer mas de comunidades interiores que faziam parte do seu *hinterland*) e aos minérios das margens do Guadiana. Plínio, o Velho, na sua descrição da Lusitânia refere a existência de porcos, ovelhas, minérios e cereais.

Algumas cidades importantes ainda hoje existem nomeadamente Sirpe (Serpa), Eborá (Évora), Dipo (Elvas) e Segóvia (nas proximidades de Campo Maior).

No litoral não são muitas as cidades situadas na região do Alentejo, apenas Miróbriga (Santiago do Cacém) e Bevipo (Alcácer do Sal). De um modo geral o panorama litoral aparece um pouco pobre relativamente ao interior: "toda a região interior apresenta uma apreciável malha de povoamento, basicamente constituída por núcleos fortificados quase sempre implantados em lugares elevados, desde a serra algarvia até às margens do Tejo" (FABIÃO, 1993, p. 170).

Existe uma distinção entre a ocupação humana do interior e do litoral. Na primeira, predominariam as características continentais, na segunda as características mediterrânicas orientais. É, contudo, provável a existência de rotas de ligação entre estas zonas.

Pode assim concluir-se que não existia uma homogeneidade cultural nos povos que habitavam a zona sul de Portugal, sendo a localização num eixo litoral/interior um forte factor de diferenciação. Contudo esta diferenciação não seria estanque e não elimina a hipótese de haver uma complexa miscigenação entre a cultura mediterrânica e a cultura continental, embora com diferentes preponderâncias.

Apesar da importância das influências até aqui referidas, para Orlando RIBEIRO (1963, p. 330) "os dois cunhos mais profundamente impressos nesta terra receptiva foram o romano e mouro".

1.2. O ALENTEJO DURANTE OS DOMÍNIOS ROMANO E ÁRABE

Início da institucionalização administrativa do território, ocupação individualista da terra, constituição da grande propriedade, dinamização da economia agrícola e do comércio,

aglomeração das populações em núcleos habitacionais que passaram a constituir sem alterações relevantes a malha urbana da actual região do Alentejo.

Foram estas as transformações que o actual Alentejo conheceu nesta época.

1.2.1. O Domínio Romano

Os romanos chegaram à península ibérica no século III a.C., mais precisamente no ano 218 a.C., no seguimento das lutas que vêm travando com os cartagineses no outro lado do Mediterrâneo.

A conquista romana não foi um processo pacífico. Os povos do sul não ofereceram resistência, mas os romanos viriam a defrontar a oposição dos Lusitanos, chefiados inicialmente por Viriato. Após a morte deste, os rebeldes convidam Sertório a assumir o comando das lutas. Sertório chega a dominar grande parte da península ibérica onde instala um governo autónomo à imagem e semelhança do romano.

O Senado tinha sede em Évora. Finalmente após a derrota infligida por Júlio César aos lusitanos, estava dado o golpe de misericórdia na cultura castreja com o abandono dos castros e a fixação da população nas planícies, mais propícias a um estilo de vida romano.

Sob o domínio de Octávio César Augusto, a província Citerior passa a designar-se por Tarraconense e a província Ulterior divide-se em duas: a Betica e a Lusitânia (Entre o Douro e o Guadiana).

Havia três *conventus* (circunscrições jurídicas) na Lusitânia: Emeritensis com sede em Emerita (Mérida), Scalabitanus com sede em Scallabis (Santarém) e Pacensis sediado em Pax Júlia (Beja). De acordo com Veríssimo SERRÃO ficou célebre o chamado "itinerário Antonino", que ligava os vários *conventus* através de dois eixos. de Olisipo a Emerita (O-E) e de Olisipo a Bracara (S-N), passando por Scalabis, Conímbriga e Potucale.

Pax Julia tal como Salacia e Scalabis eram alguns dos nós deste itinerário. Évora (Ebora) constituía o ponto fulcral no centro do país estabelecendo comunicações em Salacia, Pax Julia, Serpe e Osso noba (SERRÃO, 1977, p. 49).

Beja é nesta altura um centro mais importante do que Évora, e foi uma das primeiras colónias romanas na Hispânia. Fundada inicialmente por soldados, baseava a sua existência na fertilidade dos campos circundantes e nos recursos em minério. Segundo Orlando RIBEIRO (1986), tanto os recursos mineiros de S. Domingos como de Aljustrel terão sido largamente explorados pelos romanos, que aproveitavam o facto do Guadiana ser navegável a jusante de Mértola para proceder ao transporte dos minérios até ao mar.

Uma das maiores influências romanas foi a eclosão e a persistência de um estilo de vida urbano, constituindo, no meio de vastos descampados, importantes focos de civilização.

A partir de agora, a aglomeração passa a ser a forma de povoamento por excelência do sul, onde "a população vive de preferência aglomerada. Cada povoação tem o seu âmbito

de culturas mimosas e enfeixa a rede de estradas que a liga a outras povoações distantes."¹² (RIBEIRO, 1970, p. 330).

A acompanhar a urbanização, os romanos introduzem um novo regime de propriedade. Nas citânias e nos castros onde se congregavam os lusitanos predominava o colectivismo agrário. Gradualmente, e à medida que avança a romanização, vai-se tentando atrair as populações à planície, que vão abandonando a propriedade comunitária e adoptando um regime de ocupação individualista da terra. Surgem assim as *villas* romanas, onde ainda hoje é possível filiar o "monte alentejano". Com efeito, a estrutura agrária e social das *villas* é em tudo semelhante à das herdades alentejanas: no centro das *villas* situava-se a habitação do *dominus* ou possessor, perto encontravam-se os celeiros, as arrecadações, os estábulos, as acomodações dos trabalhadores escravos (*servi*) que eram dirigidos por um feitor (*villicus* ou *factor*). Em redor, distribuíam-se as casas (*casae* ou *casalae*) onde habitavam homens livres (*casarii*) que cultivavam algumas parcelas individualmente, mediante o pagamento de uma renda.

Cultivam-se cereais, intensifica-se a cultura da vinha e do arvoredado (oliveiras e talvez sobreiros) e concomitantemente desenvolve-se a exploração mineira e marítima e a indústria cerâmica (ânforas, talhas, pesos de tear, telhas, ladrilhos).

A passagem dos castros para as *villas* é a passagem de uma economia fundamentalmente pastoril a uma economia agrícola.

A diferença entre o sul e o Norte era nesta altura e foi durante muito tempo acentuada, mas de forma favorável para o primeiro: "o sul era outro mundo, há muito aberto a todos os ventos da civilização" (RIBEIRO, 1970, p. 330).

1.2.2. O Domínio Árabe

Chegados à península no início do século VIII (711), os árabes não alteraram significativamente a estrutura administrativa existente.¹³

No Sul havia algumas *kuwar*, nomeadamente, no que nos interessa a kura de Baja (Pax) e Yabura (Ebora).¹⁴

As cidades muçulmanas, económica e politicamente mais importantes localizavam-se ao longo das estradas romanas pré-existentes.

¹² A acreditar no censo de Augusto, a Lusitânia (de que grande parte da superfície corresponde ao Alentejo) era então intensamente povoada. Segundo este censo (de que se desconhece a sua fiabilidade por não se saber se se trata de um cálculo ou de uma contagem) haveria na Lusitânia 5 milhões de pais de família e 20 milhões de habitantes.

¹³ O império muçulmano estava dividido em emiratos que englobavam uma ou mais províncias. Os emiratos subdividiam-se depois em *kuwar* (kura no singular), uma espécie de distritos que coincidiam com os *conventus* romanos. Dentro de cada *kura* havia, depois as *quran* (*qarya* no singular) que eram unidades locais. Poderiam ainda haver marcas para razões defensivas que eram constituídas por várias *kuwar*. A Norte e Noroeste do Guadiana, acima de Baja, havia uma marca com capital em Marida (Emerita) ou Batalaws (Badajoz), era al-Tagr al-Adna.

¹⁴ Para além destas havia ainda Ossonobe cuja capital era Silb (Silves), al-Usbuna (Olisipo), Santarém (Scallabis) e Qulumiyya (Coimbra).

Durante o período de domínio árabe registaram-se melhorias na rede viária nomeadamente a sul, onde se construíram novas estradas, mas respeitando no essencial o traçado romano.

Durante este período conhecem-se mais povoados a sul do Tejo do que a Norte.

Ao sul que tinha uma vida comercial e artesanal intensa, contrapunha-se o norte essencialmente agrícola. Também a navegação era muito mais intensa no sul.

Aquando da reconquista cristã (que começou nas Astúrias em meados do século VIII e veio travar os impulsos expansionistas árabes, substituindo-os por uma nova realidade religiosa, política e administrativa), conseguiu-se uma unidade económica composta por duas partes diferentes mas complementares, conforme referido no parágrafo anterior.

O território a sul do Tejo permaneceu durante muito tempo sob domínio árabe e, segundo Oliveira MARQUES, esteve sempre em contacto com o resto da península.

Para o mesmo autor, a riqueza de recursos dessa área geográfica era tão grande que “o sul podia viver perfeitamente só, com suas correntes desenvolvidas de contactos ‘horizontais’ Oriente-Occidente e Occidente-Oriente” (p. 37). Apesar de alguma reduzida circulação Norte-Sul existente à época, este relacionamento vertical assentava predominantemente em motivações político-militares.

O território a Occidente e Noroeste do Guadiana era chamado al-Garb al-Andaluz (o occidente de Andaluz). Gradualmente esse território foi sendo reduzido aos territórios para sul do Mondego até ficar comprimido ao actual Algarve. No século XI com a queda do califado de Cordoba, o território muçulmano ficou dividido em pequenos reinos chamados Taifas.¹⁵

Passado algum tempo, o al-Garb al-Andaluz passou a formar uma confederação de três kuwar sob a presidência de Martula. A confederação não resistiu às lutas entre os chefes e a instabilidade apenas serviu para tornar mais fértil a investida cristã. Os territórios foram caindo e a fronteira deslocou-se para terras alentejanas.¹⁶ Depois de vários avanços e retrocessos, e sobretudo depois do declínio do poderio dos Almoravidas, Afonso III concluiu já no século XIII a reconquista cristã.

Em jeito de balanço, convém analisar o que restou do domínio árabe. O território a sul do Tejo era, então como agora, escassamente povoado. O que dava importância demográfica e prosperidade económica ao al-Garb al-Andaluz, em especial no território hoje conhecido por Alentejo, não era uma distribuição populacional equilibrada, mas sim a

¹⁵ No vale do Guadiana, Martula (Mértola), Baja (Beja) e toda a kura de Baja formavam uma taifa sob o domínio de Ibn Tayfur. Com a chegada dos almorávidas deu-se nova unificação. A existência dos reinos de taifa foi efémera. Nunca foram unidades políticas auto-suficientes, isoladas, dado que mantiveram as comunicações e relações comerciais já desenvolvidas, mas foram uma forma de localismo que talvez tivesse fomentado à revolta e facilitado a tarefa da reconquista. Já no século XII e em plena reconquista, houve um segundo período de taifa. Houve taifas em Martola, Yabura e Baja por volta de 1144.

¹⁶ Al-Qasr Abu Danis (Alcácer do Sal) foi conquistada em 1158, Baja caiu em 1162, Yabura (Évora) em 1165 e Sirpa (Serpa) em 1166 pela mão de Geraldo Geraldês. No entanto, uma aliança entre os almohadas e o rei de Leão, Fernando II, permitiria aos muçulmanos reconquistar o Alentejo e repor a linha de fronteira primeiro em Santarém e depois a sul do Tejo.

existência e dimensão pouco vulgar (desconhecidas do Norte) de algumas cidades e aldeias. Aí residiam, tanto os ricos proprietários de campos de trigo, pomares e rebanhos, como os produtores que os faziam produtivos. Aí viviam também mercadores, artífices, marinheiros e pescadores, e aí abundavam os artesãos de múltiplos objectos quotidianos: carpinteiros, oleiros, sapateiros, alfaiates, pedreiros, entre outros.

O sul mostrava-se assim urbano em carácter, exigindo pouco povoamento humano no espaço de influência das cidades e aldeias, entre as quais se contam “algumas que hoje fazem parte do Alentejo: Al-Qasr Abu Danis (Alcácer do Sal), Yalbas (Elvas), Yabura (Évora), Yulumaniya (Juromenha), Maura (Moura), Baja (Beja), Sirpa (Serpa) e Martula (Mértola).”

Segundo Oliveira MARQUES, através de alguns elementos arqueológicos é possível estabelecer alguma hierarquia entre cidades: Al-Usbuna (Lisboa), Santarin (Santarém), al-Qasr (Alcácer), Silb (Silves), Yabura (Évora)¹⁷ e Martula (Mértola) ocupariam o primeiro plano, e algumas pequenas aldeias como Yalbas (Elvas) e al-Qasr (Alcácer) adquiriram relevo. Baja (Beja) parece ter diminuído de importância enquanto Martula ganhava relevo, no século XII esta passara mesmo a capital da administração. Com o tempo foi criada uma nova kura com capital em al-Qasr (Alcácer).

A densidade populacional não era a esta época uniforme. O Alentejo (bem com o Ribatejo) era despovoado com alguns pontos bastante dinâmicos, nomeadamente a leste de Yabura e ao longo do Guadiana, naqueles que são hoje os concelhos de Évora, Redondo, Portel, Reguengos, Alandroal, Vila Viçosa, Borba, Estremoz e Elvas. No Baixo Alentejo havia algumas manchas de povoamento.¹⁸

A base económica do domínio árabe era a agricultura. No sul, produziam-se cereais, sobretudo trigo,¹⁹ havendo grande abundância de fruta e de azeite.

Em redor das povoações havia pomares e hortas, e decerto deve-se aos muçulmanos a introdução de inovações em termos de engenhos de rega, nomeadamente a azenha e a nora, esta particularmente importante no sul.

No Alentejo, foram exploradas minas de cobre e prata, (no Algarve exploradas minas de estanho e recolheu-se ouro no baixo Tejo). Produzia-se ainda leite e derivados, e cultivavam-se algumas plantas entre elas uma variedade de trigo (trigo mourisco), o arroz, a laranja e o açafão.²⁰

¹⁷ Yabura cidade ocupava nesta altura dez hectares intra-muros. Por sua vez o distrito de Yabura incluía parte do vale do alto Guadiana e confinava com Batalyaws.

¹⁸ Enquanto a norte do Tejo o território era bem povoado e cultivado. A zona do Vale do Tejo tinha alguns núcleos populacionais. A península de Setúbal apresentava uma importante concentração humana, e no Algarve havia uma vida intensa de pequenas comunidades rurais

¹⁹ De que a zona de Balata (entre al-Usbuna e Santarém) era particularmente fértil.

²⁰ O peixe e o sal eram também produtos importantes. Os mais importantes portos de pesca localizavam-se em Lisboa, Setúbal e Algarve e ao longo dos estuários do Tejo e Sado existiam salinas.

Existem referências a uma indústria naval com base nos pinhais existentes em redor de al-Qasr (Alcácer), a qual se deverá ao surto de navegação e comércio marítimo à distância com o resto do império islâmico.

Muitos mercadores e altos funcionários investiam os seus ganhos em terras e tornavam-se proprietários absentistas.

A estrutura social do sul islâmico não diferia muito do norte cristão. Havia uma classe de proprietários detentores do solo e do poder, que habitavam as cidades e aldeias onde recebiam as rendas das suas propriedades, (refira-se que entre as cidades nomeadamente as capitais, factores de mobilidade, se processava um intenso fluxo de viagens).

A propriedade que correspondia no sul à villa era denominada dai'a,²¹ de onde veio a palavra aldeia. E não só a palavra, o núcleo composto pela casa senhorial, pelas habitações dos clientes e outros equipamentos, viria a tornar-se depois da reconquista, na aldeia propriamente dita.

Alguns minifúndios pertenciam a agricultores cristãos. Estes tinham que pagar um tributo (haraji) cujo valor era superior à dizima e que se manteve mesmo quando estes se converteram ao islamismo, tornando-se malados.

Os judeus e cristãos que viviam nas cidades antes de serem conquistadas beneficiavam de liberdade religiosa variável. Viviam em bairros próprios e alguns nas comunidades maiores de cristãos tinham mesmo o seu bispo, como aconteceu em al-Lusbuna (Lisboa).

Como afirma Flausino TORRES: “nas cidades comerciais muçulmanas, a diferença entre o dominador e os cristãos ou judeus não se faz sentir: ser ou não ser rico, eis a única diferença.” (p. 43). Em contrapartida, nas cidades cristãs, ser judeu, ainda que rico, e quem sabe por isso, é ser considerado inferior e perseguido. Criam-se então guetos: os bairros de judiaria e da mouraria.

Mas as diferenças entre estes dois mundos não se ficavam por aqui. A classe dirigente do norte cristão, é guerreira, militar e conquistadora, a muçulmana do sul é comercial, agrícola e artística.²²

Enquanto no sul se constroem grandes cidades, no norte constroem-se castelos e povoações amuralhadas, e é a formação de Portugal que vem originar a união destas duas áreas geográficas com características diferentes.

²¹ Nestas explorações, os camponeses livres (muzari) estavam obrigados a uma renda que podia atingir metade da produção. O proprietário pagaria por sua vez uma dizima ao estado, relacionada com a obrigação do pagamento do zakat (esmola).

²² As diferenças vão até à mentalidade: no sul, a música, a dança, a poesia e a filosofia de que se destaca Averrois; no norte, torneios militares e caçadas. No mundo cristão quem manda é o nobre fidalgo, no mundo muçulmano, o comércio impõe-se nas cortes.

2. O ALENTEJO DESDE A FORMAÇÃO DE PORTUGAL ATÉ AO SÉCULO XIX

Consolidação do latifúndio. Estagnação socio-económica. Declínio demográfico. Afirmção circunscrita das culturas arvenses de sequeiro com relevo para a cultura trigueira. Breve percurso no panorama universitário português. Tentativas fracassadas de repovoamento. Industrialização inconsistente no norte do Alentejo.

Esta, é a breve descrição que se pode efectuar sobre o que foi o Alentejo desde a formação da nacionalidade até ao XIX, colonizado no século XII por nobres senhores e por dignitários de Ordens Religiosas que ao expulsarem os mouros se apropriaram de vastas parcelas do território, as quais o Rei de Portugal lhes outorgou sob a designação de *Honras* (aos nobres) ou *Coutos* (às Ordens Religiosas), mas também por prisioneiros, alguns deles condenados por delitos graves, que a troco da liberdade se fixaram em zonas fronteiriças de grande risco (coutos homiziados).

Durante a Idade Média o Alentejo constituía em grande parte um vasto couto para porcos montezes, ainda que a principal actividade aqui desenvolvida não fosse, em termos absolutos, a caça. A. H. de Oliveira MARQUES (1968, p, 78) afirma que "de Constança a Montargil não se encontram quaisquer povoados", Évora, Monsaraz, Redondo e Portel, definiam também os limites de outro couto.

Existiam portanto nesta região grandes latifúndios incultos. Um dos latifundiários era a Ordem de Aviz que possuía "herdades do pão" em Avis, Fronteira, Veiros, Serpa, Moura, Noudar, Beja, Mourão, Olivença, Alandroal, Juromenha e Vila Viçosa. O Mosteiro de Alcobaca possuía vastas herdades cultivadas em Montemor-o-Novo e Beringel.

O autor ressalva que seria no entanto errado pensar que o Alentejo se encontrava deserto ou que constituía comarca de pouca importância no Portugal medieval. Nesta região situavam-se alguns grandes aglomerados e existiam áreas de cultura agrícola florescente, nas melhores terras da região, o que terá contribuído a partir do final do século XIX para a generalização da ideia do Alentejo como celeiro de Portugal designação que antes pertencia com propriedade ao Ribatejo. Évora, Beja, Moura e Elvas são referidos por diversas fontes como centros importantes do cultivo do pão.

Sobressaía assim a importância do trigo: "nos finais do século XV era o trigo alentejano que principalmente abastecia os fornos do biscoito de Vale de Zebro, como aliás todo o sul do país, até Lisboa.²³" (MARQUES, 1968, p. 80). Mértola, Serpa e Beja, eram

²³ M. Carvalho MONIZ (1995) reforça esta afirmação, pois como refere, "neste século XVIII seguia muito trigo aqui do Alentejo para se fabricarem os biscoitos que levavam as nossas caravelas nas descobertas e reconquistas. Assim a 18 de Abril de 1672, o Marquês de Fronteira, -D. João Mascarenhas- que era Vedor da Fazenda, manda um Alvará para Évora dar carros, carretas, cavalgaduras e o mais que necessário for a Bartolomeu Gomes, que vai conduzir duzentos moios de trigo para provimento do biscoito dos navios da armada. Também o Príncipe escreve carta à Câmara em 30 de Setembro de 1680, para esta não impedir a compra que Manuel Pereira Rebelo, vem fazer aqui e a Montemor, de cem moios de trigo para as naus da Índia e para a armada que há-de ir a Saboia, no ano seguinte. Dois anos mais depois o mesmo Manuel Ribeiro vem buscar mais cem moios de trigo, e, passados outros dois anos, o mesmo Pereira Rebelo vem comprar cento e cinquenta moios para fazerem biscoitos para a armada que vai à Índia no ano seguinte".

centros fornecedores do mercado algarvio, que pela sua composição geológica não se coadunava com o cultivo de cereais.

A pobreza do Alentejo nesta época, ou pelo menos, de muitos dos seus habitantes, terá sido um dos motivos que subjazeram à instalação aqui da Universidade de Évora, a segunda criada em Portugal. Entre outros motivos, contar-se-ia também o facto de Évora "ser sede Metropolitana de todo o sul e uma das cidades mais insignes do Reino de Portugal". (SILVA, 1991, p. 16). A Universidade foi inaugurada oficialmente a 1 de Novembro de 1559 e com ela viria uma maior dinâmica cultural, social e económica para a cidade e arredores. As festividades culturais e religiosas atraíam à cidade grande número de visitantes, havendo até notícia de um espectáculo de representação da tragédia do rei Saúl, realizado no pátio do Colégio do Espírito Santo, a que se estima que tenham assistido entre seis a sete mil pessoas. A 12 de Setembro de 1561 a Rainha Regente D. Catarina, concedia à cidade licença para realização de uma feira franca, todas as terças-feiras, no largo do Colégio. A Universidade era dotada de um hospital e de uma farmácia que servia toda a população da cidade. A Universidade encerraria em 1759, com a expulsão dos jesuítas (entidade responsável pela gestão) a mando do Marquês de Pombal.

Até ao final do século XVIII, a maior parte da produção cerealífera continuava a ser constituída por trigo, conforme anteriormente referido, embora se produzisse também cevada com alguma intensidade. Muitos foros e dízimos eram pagos em trigo e cevada em Estremoz, Évora, Beja, Alcácer do Sal e Vila Viçosa. Em Montemor-o-Novo produzia-se também milho branco. Porém e ainda nos finais deste século só 10 a 20 por cento do total de terras são regularmente cultivadas (SILBERT, 1966).

Entretanto por alvará de 1765, o Marquês de Pombal para travar um surto de sobreprodução de vinho mandou arrancar as vinhas do Vale do Tejo, do Mondego e do Alentejo. O Alentejo, que antes da formação de Portugal conhecera já a cultura da vinha como um traço diferenciador de civilização, vê a sua produção reduzida à cultura cerealífera. Pontualmente, Pombal dinamiza a indústria têxtil,²⁴ mas é na agricultura e, nomeadamente na cultura cerealífera, que é colocada a tónica.

E é este governante que mais tarde desencadeia a primeira tentativa de instalar no Alentejo colonos provenientes das Ilhas adjacentes. Posteriormente, também Pina Manique viria a colocar mais colonos açorianos no Alentejo, distribuindo-lhes terras da coroa e instrumentos agrícolas.²⁵

²⁴ Já em 1687 o Conde da Ericeira instalara em Portalegre fábricas de têxteis aproveitando as suas condições naturais: quedas de água da Serra para mover os teares e nascentes de água gravítica para a lavagem da lã.

²⁵ Foi no último quartel do séc. XVIII que o Intendente Pina Manique depois de constatar que na província do Alentejo existiam 2165 casas sem inquilinos e 721 herdades sem rendeiros colocou o seu despotismo ao serviço da revitalização do Alentejo, através de um processo de repovoamento forçado. Para o Intendente "a solução estava nos Açores e foi de lá que, num só ano, vieram mais de 2700 famílias para acordar a planície. Às portas de Arraiolos, lá está ainda uma aldeia chamada Ilhas. A memória açoriana, essa perdeu-se no tempo e foi enfeitada pelo povo" (CEREJO, 1994)

3. - DO SÉCULO XIX ATÉ AOS NOSSOS DIAS

3.1. DURANTE O SÉCULO XIX

Continuação da estagnação socio-económica nos primeiros 75 anos. Expressiva mudança de titularidade na posse da terra, alargamento da área cultivada, introdução de novas técnicas e tecnologias na produção agrícola, aumento da produção de trigo, acontecimentos estes ocorridos nos últimos 25 anos.

Em síntese, foi nestes moldes que se processou o percurso do Alentejo durante o século XIX.

É a partir do último quartel deste século (e durante mais de 50 anos), que esta região, até então encarada numa perspectiva um tanto ou quanto estática, adquire uma nova dinâmica económica e social, pelo que o século XIX, mais do que um marco histórico, constitui de facto um ponto de referência na história do Alentejo.

A partir de meados do século XIX as mudanças sucedem-se e adquirem um ritmo acelerado: a nível científico e tecnológico, o aparecimento dos adubos viria a aumentar a capacidade produtiva das terras; a nível político começa a surgir uma nova mentalidade interventora e proteccionista que fazem da exploração agrícola uma actividade rentável; a nível económico o Alentejo é explorado exaustiva, sistemática e até cientificamente, alcançando elevados níveis de produção.

Também a estrutura fundiária começou por ser alvo de intervenção no início do século. As leis de Mousinho da Silveira e o decreto "mata frades" (Joaquim António de Aguiar) vieram alterar a titularidade dalgumas propriedades. A legislação de Mousinho da Silveira abolia os morgadios mas teve poucas repercussões no Alentejo, onde vigorava um sistema a partir do século XIV em que a propriedade não enfiteutica, ficava a ser explorada pelos herdeiros indivisamente.²⁶

O decreto do "mata-frades" determinava a venda de propriedades em hasta pública, tendo, para efeitos de aquisição, servido dinheiro, mas também títulos de dívida, indemnizações e todo o tipo de garantias. Muitas das propriedades das Ordens Religiosas foram então vendidas em hasta pública. Terá subsistido no entanto a grande estrutura fundiária, nomeadamente devido às grandes dimensões dos lotes alienados.²⁷

De acordo com o autor, algumas outras propriedades permaneceram, por pressão das populações, para exploração comunitária, nomeadamente, alimentação de gados. Eram propriedades grandes e de solos pobres cujos ónus eram pagos às Câmaras Municipais.

Mais tarde, também por pressão das populações, algumas destas propriedades foram loteadas mas acabaram por sofrer nova concentração nas mãos de alguns

²⁶ Este sistema de indivisos perdura ainda hoje, estando nalguns casos legalmente sancionado sob a forma de sociedades agrícolas familiares.

²⁷ Um dos lotes postos a leilão incluía "todas as propriedades nacionais das margens do Tejo, denominadas "lezírias" e das margens do Sado denominadas Comporta, mandando aceitar o lance feito por uma companhia". (Oliveira MARTINS, *Portugal Contemporâneo*, citado por F. H. RAPOSO, 1977)

proprietários. Um exemplo do retrocesso deste processo foi a abolição do compáscuo,²⁸ através do Código Civil de 1867.

E em 1868, um inquérito realizado à agricultura vem revelar que desde a Cordilheira Central até ao Algarve, predominava a charneca. A cultura era um exclusivo dos terrenos circundantes às povoações e às orlas dos cursos de água. O mais era "o matagal interminável de estevas, lentisco e medronheiros. De longe em longe derrotava-se um pedaço, chegava-se fogo aos ramos ressequidos, semeando-se na cinza fertilizante. Mas depois de dois ou três anos de seara, volvia ao bravio primitivo" (RIBEIRO, 1963, pp. 330-1).

Esta afirmação é reforçada por Helder FONSECA (1992, p. 213) que afirma, com base num documento da época,²⁹ que "apesar de reconhecidas imprecisões quantitativas, a Região Histórica do Alentejo tinha cerca de 60 por cento da superfície inculta e albergava 38 por cento da área inculta do país.

Segundo estes dois autores, a agricultura era uma actividade esporádica. Orlando RIBEIRO não se exime à apresentação da explicação causal (o que será retomado no capítulo III) afirmando que: "As causas deste abandono eram antigas e persistentes: a falta de gente e a grande propriedade, isto é, unidades agrárias vastas demais para o número de pessoas que as podia explorar. As raízes deste regime mergulham na história, mas ele explica-se também por causas naturais -pobreza do solo e relativa falta de chuvas (sobretudo longo período estival) que limitam muito as possibilidades de culturas variadas e remuneradoras" (p. 331).

As tentativas de alteração da estrutura fundiária resultaram infrutíferas, e, em consequência, surge em 1887 o projecto lei de Fomento Rural de Oliveira MARTINS.

Uma das medidas propostas nesse projecto de Lei -para além de obras de regadio e secagem de pântanos, desenvolvimento do crédito rural, arborização, transportes, protecção à caça e à pesca (cfr p. 81) era o povoamento do Alentejo através do aforamento (enfiteuse).

O aproveitamento dos terrenos incultos³⁰ é também objecto de regulamentação no projecto. Se o proprietário não estivesse disposto a explorar directamente o terreno, poderia dá-lo a outro de aforamento, estabelecendo-se assim a enfiteuse ou subenfiteuse (para casos em que os terrenos já eram foros) (Idem).³¹ O autor discorre ainda acerca das

²⁸ O compáscuo consistia na arrematação em hasta pública das pastagens nos municípios onde os solos eram muito pobres (quem vedasse a sua propriedade ficava livre do compáscuo) (cfr Hipólito RAPOSO, p. 92).

²⁹ O Relatório Acerca da Arborização Geral do Paiz, publicado em 1870 pela Associação Central de Agricultura Portuguesa

³⁰ O artigo 57 define como terrenos incultos "os que não produzirem rendimento útil para os seus donos e além disso os de pousio em que as sementeiras se façam com intervalos superiores a dez anos" (J. H. RAPOSO, p. 82). O artigo contemplava ainda a área de mato necessária para pastagens, combustível ou adubação, todo o resto seria considerado inculto.

³¹ Um exemplo não de aforamento mas de colonato em que, atestava a forte ligação das povoações ao aforamento, os colonos pensam que o que pagam é um foro e não uma renda, é o de Rio Frio. Trata-se de 2000 hectares divididos por 400 casais em parcelas de 4 a 6 hectares. Oliveira MARTINS acrescenta que assim o lavrador colono pode ainda dispensar algum tempo para trabalhar como jornaleiro para o senhorio, o que não aconteceria se as parcelas tivessem maior dimensão (9 ou 10 hectares).

vantagens da combinação da grande com a pequena propriedade apontando o caso da Herdade do Pinheiro que foi completamente transformada em vinha e comentando que "sob o ponto de vista social, o Alentejo reduzido às condições da Herdade do Pinheiro, seriam como eram as fazendas de açúcar ultramarino, aparte a escravidão"³² (Oliveira MARTINS, citado por J. H. RAPOSO, 1977, p. 83).

A ideia de Oliveira MARTINS aparece resumida assim no preâmbulo do Projecto de Lei: "o vale oblíquo do Tejo pode dizer-se que divide o Portugal povoado do deserto, o Portugal culto do inculto; e a primeira necessidade da nossa economia interna é compensar estas duas metades, unificar estas duas partes, transladar para as regiões deficientes aquilo que há nas opíparas: o homem, os capitais" (Oliveira MARTINS citado por J. H. RAPOSO, 1977, p. 85).

Apesar de sujeita a críticas, não se pode negar nesta afirmação que existe uma preocupação de redução das assimetrias regionais.

No mesmo ano do projecto de lei de Oliveira MARTINS (1887), o projecto de lei de Mariano de Carvalho e Emídio Navarro previa a exploração e colonização do terreno que estivesse há cinco anos sem cultura. (A propósito anote-se que à semelhança de Oliveira MARTINS, também mais tarde Orlano RIBEIRO será apologista da colonização interna³³). Um outro projecto de lei de 1893, nomeava uma comissão colonizadora de baldios e incultos.³⁴

Mas com ou sem reforma fundiária, com ou sem aptidão agrícola, todos os terrenos acabaram por ser cultivados até ao final do século. Com a arroteia generalizada, reduz-se a zona de charneca e aumenta a ocupação humana. Ao Alentejo acorreram minhotos, picamilhos, beirões e caramelos (de estar e ir e vir).

Orlando RIBEIRO (1963) resume muito bem todo este movimento de arroteamento na sua obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*: "até ao fim do século XIX, a região era

³² Hipólito RAPOSO afirma que esta ideia, que ele chama "ilusão" da viabilidade da pequena propriedade autónoma nas zonas arenosas viria a ser desmentida porquanto o lavrador teria que recorrer sempre a um complemento da sua actividade. Mas de acordo com o autor o maior erro de Oliveira MARTINS foi ter imaginado "um sistema diferente de povoamento do Alentejo (...) que explicaria a fisionomia diferente dessa província em relação ao resto do País" (p. 84). H. RAPOSO diz que só é diferente a formação dos municípios. De resto, "a presúria, a Lei das Sesmarias, a Enfiteuse ou os Morgadios (a vinculação jurídica) as Doações, são comuns ao Norte e ao Sul" (Idem).

³³ Já no século XVII a solução apontada para o problema do povoamento do Alentejo era a colonização interna. A ideia da transferência de pessoas do Norte para o Sul continuou ao longo dos séculos, nomeadamente do século XIX. Segundo Orlando RIBEIRO constituiu-se na década de 30-40 uma Junta de Colonização Interna cujo lema era a frase de Severim de Faria (séc. XVII) "por este meyo das Colónias teve a povoação do Reyno principio" (Orlando RIBEIRO - Ensaios de Geografia Regional, p. 340). Para Orlando RIBEIRO o problema do povoamento era um problema de ordenamento, visto que algumas regiões estavam super povoadas: "o essencial não é promover apenas o aumento de gente mas a melhor arrumação dela. Resta saber se a casa se presta a isso" (Idem). É interessante notar que Hipólito RAPOSO filia este teóricos no pensamento de Severim de FARIA, cujas ideias viriam a influenciar teóricos e legisladores do século XIX e posteriores.

³⁴ Hipólito RAPOSO afirma que existia à época o "mito dos incultos". De facto o inculto não é sinónimo de não aproveitamento. O pousio constituía uma necessidade de recuperação do solo ao mesmo tempo que fornecia pastagem. Quanto mais pobre o solo maior a necessidade de pousio, sendo que alguns solos se revelavam mesmo, em princípio, impróprios para a agricultura.

uma charneca entrecortada por tractos de seara com pousios de muitos anos. Entretanto arroteavam-se terras boas e más: Limpavam-se e espaçaram-se as árvores do montado, que viviam afogadas no matagal de estevas e medronheiros; plantaram-se olivais; parcelaram-se as herdades em foros; multiplicaram-se as courelas, e juntamente, a policultura e a dispersão. Apesar destas transformações, a lavoura extensiva predomina. O solo magro e o clima seco obrigam a manter pousios que só recentemente foi possível encurtar e suprimir; portanto, o arvoredo com seus recursos de azeite, cortiça e bolota, o pastoreio de ovelhas e as varas de porcos, constituem a natural compensação do fraco rendimento das culturas arvenses. Ninguém curou de saber até onde seria útil multiplicar as experiências de emparcelamento; por isso predominam as grandes unidades agrárias, os montes distantes e as aldeias raras e pletóricas de gente, envolvidas na rede de latifúndios.

Uma das causas desta situação foi a lei de protecção aos cereais de 1899, formulada pelo Ministro das Obras Públicas, Elvino de Brito.³⁵

À lei de Elvino de Brito, viriam a juntar-se os adubos químicos, principalmente o superfosfato de cálcio, que haviam aparecido em meados do século.³⁶

De acordo com Hipólito RAPOSO (1977), o uso dos superfosfatos generalizou-se e a Liga dos Lavradores do Baixo Alentejo terá tentado sensibilizar os lavradores para o seu emprego, o que prova que os lavradores alentejanos de então teriam alguma dinâmica e capacidade de empreendimento. José da Silva PICÃO (1903) também dá notícia do aparecimento do adubo em 1884 na região de Elvas, tendo-se generalizado a sua utilização em 1894.

O aparecimento deste adubo permitiu o cultivo das terras de xisto que de acordo com Silva Picão, antes permitiam apenas duas searas que mal pagavam as despesas, sendo que as de inferior qualidade nem compensavam o arroteamento.

Apesar do uso do fosfato, é necessário recorrer ao afolhamento para que se fixe o azoto. O número de anos de pousio varia de acordo com a qualidade do solo. Após as primeiras searas, a produção começou a baixar à medida que se esgotava a matéria orgânica. Começou-se a deixar as terras descansarem por períodos de 2 a 6 anos findos os quais se produzia uma, duas ou três searas de boa qualidade embora se recorresse à adição de superfosfato.

³⁵ Lei de protecção do trigo português face à concorrência do trigo americano, mais barato, produzido em terras virgens, férteis, com clima apropriado

³⁶ O super fosfato de cálcio foi inventado em 1843 por Sir John Lawes. Foi comercializado em 1881 e em 1883 já era utilizado no Alentejo por José Maria dos Santos (cfr Hipólito RAPOSO, p. 89)

3.2. DURANTE O SÉCULO XX

3.2.1. Os primeiros 65 anos

Fomento fracassado da cultura trigueira com repercussões ambientais negativas, expansão de outras culturas arvenses de sequeiro, expansão de culturas de regadio e da pecuária. Expansão e exploração do montado de sobro, expansão do montado de azinho e aparecimento da eucaliptização. Início dum surto de mecanização na agricultura e diminuição do número de trabalhadores agrícolas. Apagamento da agricultura e depreciação do status dos grandes e médios proprietários de terras.

Tensões esporádicas nos campos e repressão dos movimentos dos trabalhadores agrícolas. Crescimento demográfico seguido do início de um novo movimento migratório

São estes em suma, os eventos mais salientes, que ocorreram no Alentejo durante os primeiros sessenta anos do século XX.

a) Situação social

O incremento da agricultura pelos motivos atrás citados (lei de Elvino de Brito, utilização de super fosfatos e quantidade de matéria orgânica acumulada por anos sucessivos de incultura) teve consequências a nível social. Houve uma corrida às herdades que se procuravam arrendar ou comprar por preços módicos. A agricultura era vista como uma forma fácil de enriquecer.

Daí que no final do século XIX princípios do século XX tenha começado a ascensão social de muitos seareiros e proprietários.

Estes apanharam os melhores anos correspondentes às duas grandes épocas: 1919 e 1929-30 e investiram no arrendamento e posterior aquisição de terras. "Não encontramos nessa época, como em outras actividades ou em outras regiões, o salto gradual a médio e só depois a grande. Quase todos saltaram de simples trabalhadores rurais a desafogados proprietários" (p. 111). De acordo com Hipólito RAPOSO a grande propriedade só surgiu no final do século XIX: "A grande propriedade agrícola, isto é, aquela que alia a grande área com um rendimento proporcional equivalente aos estratos da sociedade de rendimento mais elevado, nasceu em rigor apenas no fim do século XIX e no princípio do século XX através da cultura do trigo e o aparecimento dos adubos, enveredando para os sobreirais as terras mais pobres. Não tem origem numa constante da nossa história ou num sistema diferente de colonização do território, como erradamente se tem dito" (1977, p. 110)

Paralelamente o proletariado agrícola procurava organizar-se na tentativa de melhorar as suas condições de vida. Com esta intenção são criadas em 1910 as Associações de Trabalhadores Rurais de Évora, Vendas Novas e Coruche, e em 25 e 26 de Agosto de 1912 realiza-se em Évora o 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais, no qual estiveram presentes representantes de 39 sindicatos, após o que se segue o 2º Congresso

Rural, também realizado em Évora de 5 a 7 de Abril de 1913, no qual se encontram representadas cerca de 65 Associações.

Devido à insatisfação que grassava entre os trabalhadores agrícolas, e para modificar a situação desfavorável, a União Operária organiza em 1918 uma manifestação, com a finalidade de reclamar nomeadamente a entrega de incultos aos sindicatos rurais, e a fixação de 8 horas de trabalho. O ministro Machado dos Santos garante que no Alentejo já há sovietes organizados. O governo proíbe a manifestação e como resposta a Central Sindical anuncia uma greve de carácter revolucionário cuja preparação se inicia em Maio de 1918. A repressão das autoridades não se faz esperar, e a violência brutal recai mais uma vez sobre os rurais. Foram fuzilados trabalhadores em Montemor-o-Novo e em Alpiarça

Em 18 de Novembro deste mesmo ano de 1918 tem lugar a "Revolução do Vale de Santiago (S. Tiago do Cacém), durante a qual "os trabalhadores ocuparam as terras, dividiram-nas entre si, e com armas rudimentares propuseram-se defender as suas posições. Enquanto os trabalhadores se reúnem em sessão permanente na Associação dos Rurais, os proprietários e comerciantes armam-se para 'defenderem as vidas' e fazerem face aos 'sovietes'. Uma semana durou a resistência dos rurais, mas depois as forças da 'ordem' conseguem controlar a situação. Seguem-se prisões, as buscas, as deportações, os fuzilamentos." (REVEZ, 1985, p. 231)

O carácter corporativista do Estado Novo acabaria com os sindicatos, e editaria nos anos 30 a criação das Casas do Povo, onde os operários agrícolas se deveriam obrigatoriamente inscrever. Estas corporações tinham como finalidades a previdência social, a promoção cultural, mas acima de tudo, deveriam funcionar como contrapontos dos Grémios da Lavoura³⁷ nas negociações dos contratos colectivos de trabalho. A Assembleia Geral deveria ser sempre presidida por um empresário.

O carácter forçado destas associações comprometeu o dinamismo que poderiam ter tido. Apesar disso, os agricultores colheram alguns benefícios, nomeadamente através de crédito para criar organismos comerciais e fabris para os seus produtos, de que se destacam as Adegas Cooperativas.

A previdência social era, a esta época, quase inexistente, apesar de Hipólito RAPOSO (1977) nos dar conta de que muitas casas agrícolas, já no século XIX e antes da previdência social, se ter generalizado noutras actividades, pagavam salários durante a doença e reformas, aos seus empregados permanentes. Fora desta teia de solidariedade ficavam os trabalhadores eventuais e os trabalhadores de casas agrícolas menos afortunadas. Acontece que os trabalhadores eventuais constituíam a maioria.

³⁷ Os Grémios da Lavoura eram associações de carácter obrigatório para os proprietários que se associavam e pagavam as suas quotas sob pena de penhora. Em 1958 foi criada a Corporação da Lavoura, interlocutor privilegiado do governo.

Anos mais tarde, em 1930, no I Congresso da Imprensa Alentejana, é pela primeira vez desencadeada a reivindicação de uma previdência geral. Reivindicava-se então "1º Que seja nomeada uma comissão para fazer o estudo e elaborar o projecto de organização das Associações de Trabalhadores Rurais (...) 4º Que se solicite a criação de um salário mínimo anualmente estipulado, conforme as condições e o custo de vida; 5º Que os Seguros Sociais Obrigatórios não continuem a figurar só como uma repartição do Estado que como tantas outras poucos benefícios trazem".³⁸

Em 1936, reuniram-se na Associação Central de Agricultura sindicatos agrícolas de todo o país, dos quais 14 do Alentejo, e nesse conclave é aprovado o princípio do salário mínimo, embora sujeito à situação económica de cada região.

A previdência criada pelo governo, através das Casas do Povo, a partir de 1940, era incipiente. Mais tarde, a Corporação da Lavoura (que representava também os trabalhadores rurais através das Casas do Povo), reivindicava o aumento do preço dos cereais, de que se deduziria uma percentagem para a criação de um sistema de previdência e um abono de família. Finalmente em 1968 foi criado o abono de família e um sistema de previdência rural.

Entretanto, na década de 30, a população aumentou no Alentejo e subiu para 693 139 habitantes. A densidade populacional passou de 24,6 habitantes por km² para 26,5 ha/km². Ainda na década de 30, e mais concretamente em 1934/6 começou a verificar-se a situação de desemprego periódico no Verão, depois das colheitas, e no Inverno depois das sementeiras. Alguns anos mais tarde, o desemprego, que durante a II Guerra Mundial não tivera grande expressão, agravou-se com o final desta guerra, devido à situação económica das empresas agrícolas.

Os empresários passaram a reunir-se para distribuir entre si os desempregados, havendo mesmo um que teve a ideia peregrina de propor um contrato colectivo de trabalho, segundo o qual os empresários deveriam manter os desempregados de forma proporcional ao rendimento colectável. A aplicação prática deste sistema e os problemas que acarretava, levaram a Associação Central de Agricultura a tomar posição quanto a este problema. A Associação defendia que a causa principal do desemprego era a crise que se vivia nas empresas devido aos baixos preços dos produtos agrícolas e sugeria que se procedesse à execução de obras públicas, nomeadamente vias de comunicação, de que o Alentejo carecia, durante o período menos intenso de laboração agrícola. De igual forma, também o período de serviço militar obrigatório deveria aproveitar e respeitar a sazonalidade dos trabalhos agrícolas. A Associação admitia ainda a criação de uma derrama para um fundo de desemprego, para que todos os sectores económicos do Alentejo deveriam contribuir.

Entre 1950 e 1960, o Alentejo perde 5 por cento da sua população em favor de Lisboa e Setúbal. As actividades dos sectores secundário e terciário, ainda que incipientes

³⁸ Pedro Muralha, *Álbum Alentejano*, 1931, citado por F. Hipólito RAPOSO, 1977., p. 144.

no Alentejo, retiram também alguma população à agricultura. Aumenta a procura de mão de obra, os salários sobem e aumentam também os benefícios da previdência social.

Os operários agrícolas dispõem agora de transportes motorizados (motocicletas) que lhe dão maior mobilidade na procura de trabalho e de patrão.

Ocorrem entretanto diversas tensões sociais nesta época, algumas delas relacionadas com o número crescente de reservas de caça. Alguns empresários alugavam as reservas a "caçadores ricos da cidade" que excluía completamente as populações locais das caçadas. Desencadeou-se então uma campanha contra os coutos de caça que segundo o autor foi encabeçada pelos caçadores das cidades que queriam caçar livremente e encontrou eco nos caçadores locais. Estas tensões são causadas pela presença de aramados muito perto das povoações, e pela falta de terrenos para urbanização, questão que não se deveria ter levantado, porque as Câmaras Municipais tinham poder para proceder à expropriação para utilidade pública.

Ainda nos anos 60 foi estabelecido o regime de oito horas de trabalho na agricultura, como de resto já acontecia na indústria e nos meios urbanos.

E durante este lapso de tempo o modo de ascensão social dos agricultores tinha-se modificado, nomeadamente depois da II Guerra Mundial passando a respeitar a forma tradicional de passagem pela média empresa.³⁹ O seareiro continua a ser, contudo, o estrato social com maiores possibilidades de ascensão social. Agora adaptado às necessidades da mecanização, substituiu os muares pelo tractor, pela ceifeira-debulhadora, comprada a crédito, mas com a qual consegue alugar alguns serviços (actividade quiçá mais rentável do que as searas feitas em parceria com os proprietários). Passa a ser chamado de tractorista, charruador ou faniqueiro.

A actividade mais rentável para os seareiros era a cultura do tomate. Esta actividade permitia a ascensão a empresário sem a posse prévia de capital. No início, o proprietário encarregava-se de toda a cultura. Depois, passa a encarregar-se da preparação da terra e da plantação, ficando a cargo do seareiro a colheita com recurso a bastante mão-de-obra) e partilhando o valor dos produtos. Progressivamente, o seareiro começa a encarregar-se de todo o processo e a contratar directamente com as fábricas, fazendo a cultura em terras arrendadas para esse fim (em 74, estes empresários haviam já adquirido um número significativo de pequenas propriedades).

Também o perfil dos empresários se havia alterado em parte, alguns destes acumulavam a actividade agrícola com o funcionalismo público, nomeadamente, desempenhando funções de técnicos superiores nos serviços de agricultura.

³⁹ Registe-se a necessidade, permanente no Alentejo, de concentrar a área de exploração agrícola quer pelo sistema dos "indivisos", quer agregando outras propriedades de renda, necessidade que se acentuava nos últimos anos com a modernização da sociedade portuguesa e a passagem da população activa agrícola a outros sectores. As máquinas dispensam mão-de-obra mas exigem grandes áreas para operar com rendimento." (RAPOSO, 1977, p. 113)

Simultaneamente verificavam-se situações de aquisição de propriedades a partir do sucesso alcançado noutras actividades.

E entre 1960 e 1970, o Alentejo viu diminuir a sua população de 667 479 habitantes para 523 479. Perdeu cerca de 20 por cento da população, sobretudo em Beja. Houve ainda entre 8 a 10 mil activos que transitaram da agricultura para outro sector, no Alentejo. Estima-se que, na totalidade, 60 mil indivíduos tenham deixado a agricultura.

Os destinos desta mão-de-obra eram as zonas industriais de Lisboa e Setúbal, o Algarve e Sines. A actividade era, numa primeira fase, a construção civil. Os que viviam em povoações relativamente próximas destes centros de atracção deslocavam-se semanalmente para os seus locais de trabalho e regressavam ao Alentejo aos fins-de-semana.

De resto, o destino não é mais importante, o verdadeiro problema passa-se a nível local, da vila ou da aldeia, que vê fugir-lhe a população activa. Como afirma Hipólito RAPOSO (1977) o problema que se lhes deparava no futuro, na aldeia ou vila próxima, era começar a escassear o médico, o enfermeiro, o electricista, o carpinteiro, o pedreiro, o canalizador, o marceneiro ou o mecânico que o desenvolvimento mais harmonioso de todos os sectores deveria poder fixar.

b) Dinâmica económica

1. O montado de sobreiro

O período de quebra que se seguiu às primeiras searas feitas com superfosfatos nos finais do século XIX (que proporcionaram grandes produções) viria a chamar a atenção para uma nova riqueza: o sobreiro. Os sobreiros eram escassos nas terras de xisto onde o arroteamento era feito por queimada e destruíam as árvores. De resto neste tipo de terras, o comportamento dos sobreiros não era o melhor.

Nos solos profundos onde a roça era feita à mão, os sobreiros eram salvaguardados através de aceiros ou dobrando o tronco e cobrindo-os de areia (nos casos dos espécimes mais pequenos).

Começou a proceder-se à plantação de sobreiros dando origem àquela que seria classificada como "a maior zona suberícola do Mundo."

Bernardino Barros MACHADO que escreveu em 1875 um artigo denominado "Condições Agrícolas do Minho" na Revista da Associação Central da Agricultura Portuguesa, é apontado por Hipólito RAPOSO (1977) como um homem de rara clarividência e previsão, dado que previu à época o chamado "surto dos sobreiros", profetizando que "o sobreiro e o azinho, outrora dominantes em toda a região retomarão o seu lugar: ganharão de dia para dia em áreas e em cuidado de melhor cultura". De facto, em épocas anteriores à Idade Média, deveria ter sido maior o povoamento da espécie, mas nesta época muitas pessoas os "cortaum e encascaum e estruyam" (Severim de FARIA).

Orlando RIBEIRO defende que é errónea a ideia de que o montado é paisagem natural: "o montado saiu da limpeza da terra e o sistema agrário, que combina a sucessão de culturas por dois ou três anos com períodos mais ou menos longos de pousio, dá aos incultos -que o são apenas temporariamente - um aspecto de terras vagas e desaproveitadas." (RIBEIRO, 1963, p. 333).

Também Hipólito RAPOSO realça o facto de que o sobreiro não é "uma árvore que a Natureza criou sem trabalho à qual o alentejano se limitava a tirar a casca de vez em quando" (1977, p. 101)

Pelo contrário, foi uma produção calculada e por vezes até experimentada. Fizeram-se experiências de enxerta de azinho em sobreiro tentando aproveitar a cepa para a produção de bolota e o tronco para o aproveitamento de cortiça. Houve ainda experiências na Quinta do Galego em Évora para tratar do solo e melhoria da produção unitária de que se fazia a correspondente contabilidade.

No seu Tratado de Subericultura publicado em 1950, o Prof. J. Vieira de NATIVIDADE descreve mais pormenorizadamente este processo. De acordo com este autor, os sobreiros conheceram um grande desenvolvimento logo que a cortiça se começou a valorizar de tal forma que no final do século os sobreiros alentejanos eram já tidos como "os mais bem tratados em todo o mundo suberícola. (citado in p. 96) Vieira NATIVIDADE cita ainda um outro autor, Hickel, que em 1893 se terá referido ao montado alentejano como representando "la culture intensive du liège, telle qu'on pourrait le concevoir théoriquement" (p. 97)

Continuando a citar Vieira da NATIVIDADE: "A técnica suberícola portuguesa (...) generalizou-se até ao fim do século XIX à grande maioria dos sobreiros alentejanos (...) repovoaram-se grandes áreas, nas bacias do Tejo e Sado, de onde o sobreiro há muito desaparecera e, mercê sobretudo da intensa exploração do arvoredor, o volume de cortiça extraída sobe vertiginosamente, depois de 1921. Dentro em pouco ocupávamos o primeiro lugar entre os países produtores, com mais de metade da produção mundial da valiosa matéria prima."

Hipólito RAPOSO (1977) dá-nos uma ideia do surto de cortiça através de alguns números da respectiva produção. (v: Quadro 103).

A partir desta data, há valores desagregados onde se pode constatar que a produção do Alentejo conheceu um crescimento evolutivo.

A exportação em quintais métricos foi de 275 931 nos anos de 1885 a 1894, e de 1 237 912 nos anos de 1925 a 1934.

A partir de 1928, os preços praticados deixam de servir de incentivo para a cultura e plantação dos sobreiros. (v: Quadro 104).

Em 1953 houve uma certa valorização mas muito menor relativamente a 1927. A plantação deixou de ser rentável (pelo menos com fins económicos) e consequentemente deixou de haver renovação.

À desvalorização da cortiça somam-se ainda outros factores, como sejam: o desaparecimento progressivo das varas de porcos, e a pouca rentabilidade da cultura cerealífera sob o montado, a qual reclamava uma intensidade de mão de obra que viria a ser reduzida pela mecanização.

A pouco e pouco os sobreiros foram cedendo lugar a outras espécies como o pinheiro bravo e o eucalipto, que existiam no Alentejo desde o princípio do século e que se começaram a expandir com a procura da madeira aliada à facilidade de transporte.

QUADRO 103
PRODUÇÃO DE CORTIÇA EM PORTUGAL (1917-1934)

ANO	PRODUÇÃO (TONELADAS)
1917	16 000
1921	41 000
1934	90 000

Fonte: RAPOSO (1977)

QUADRO 104
PREÇO DA CORTIÇA EM PORTUGAL (1927-1950)

ANO	PREÇO DA ARROBA
1927	18\$00
1928	22\$40
1929	22\$90
1942 a 1950	22\$00 a 24\$00

Fonte: RAPOSO (1977)

A produção suberícola desenvolveu-se quase sempre em solos pobres para qualquer outra cultura em propriedades de pequena dimensão, cujos proprietários aumentaram os seus rendimentos através dos sobreiros, acabando por adquirir mais terras, e transformando no final do século XIX as suas outrora pequenas em grandes propriedades.

2. O montado de azinho e o eucalipto

O montado de azinho ocupava em 1920, 400 mil hectares e em 1968 ocupava 560 mil hectares. Se bem que esta ocupação não correspondesse exclusivamente ao Alentejo, a mancha ocupada era na sua maior parte alentejana.

O montado de azinho estava estreitamente ligado à engorda de suínos e viria a conhecer uma séria crise, não apenas devido à peste suína africana mas também devido à desvalorização da lenha das podas, anteriormente utilizada no fabrico de carvão.

Procuraram-se novos aproveitamentos para a azinheira: farinha de bolota para rações, tentativa de extracção de um óleo alimentar numa fábrica de Évora. Instalaram-se no Alentejo três fábricas de tacos de madeira e uma fábrica de mobiliário de azinho. Em 1972, a Cooperativa do Divor juntamente com a Celulose do Guadiana levou a cabo uma iniciativa, que visava a clivagem da lenha de sobro e azinho para posterior transformação em pasta de cartão.

O abate da azinheira era irreversível. Começara devido à necessidade de mecanização da cultura dos cereais, agravara-se com a peste suína e a crise da lenha, e generalizar-se-ia, com a chegada do eucalipto, aos solos com poucas aptidões agrícolas.

3. O trigo

O trigo tem sido ao longo dos séculos a espécie agrícola mais cultivada no Alentejo, e da qual tem dependido em muito a economia da região.

No princípio do século a cultura trigueira enfrentava em Portugal uma grave crise decorrente da competitividade do trigo produzido no exterior. A grande lavoura do Sul e os órgãos que lhe eram afectos, apelam para a restauração do proteccionismo, desenvolvendo uma profusa propaganda a favor da cultura do trigo. Em 1924 realizou-se a primeira semana do pão mediante a qual se afirmava "a necessidade da intensificação da cultura (do trigo) através de uma adubação racional e do uso de semente seleccionada, bem como da intervenção proteccionista do Estado, através do Ministério da Agricultura" (PAIS et al, 1976, p. 420). Em 1928, a Direcção-Geral do Ensino e Fomento Agrícola, do Ministério da Agricultura, no âmbito da campanha em prol da cultura trigueira, organizou um comboio de exposição e propaganda dos mais avançados processos culturais, à semelhança do que noutros países se tinha feito. De acordo com J. PAIS et al (1976, pp. 421-2), a imprensa da época, nomeadamente o Diário de Lisboa e o Século, associam-se a estas iniciativas, publicando reportagens sobre o «comboio do trigo», e sobre a necessidade de se intensificar e racionalizar a cultura pelo uso de adubos e maquinarias modernas. Simultaneamente surgiram ainda iniciativas tais como exposições, congressos, conferências e reuniões de técnicos e lavradores onde se debateram os problemas ligados à crise cerealífera, sendo ainda de referir "a realização na Associação Central de Agricultura Portuguesa, de uma

reunião magna de delegados de todos os sindicatos de lavradores do Alentejo, a fim de alvitarem soluções para a crise da lavoura alentejana. Como seria de esperar, a principal solução apresentada foi a protecção do Estado, através da fixação de um preço remunerador, da regulamentação do crédito e instituições agrícolas, da redução das tarifas ferroviárias, etc." (PAIS et al, 1976, p. 426).

É na sequência destes acontecimentos que surge a Campanha do Trigo (1929-30), resultado de uma política de auto suficiência, instituída em 1929 pelo Decreto nº 17 252, de 16 de Agosto, o qual "determinava que uma parte da verba de 5 000 000\$00 inscrita no orçamento do Ministério da Agricultura se destinava à concessão de prémios e subsídios, discriminados em subsídios para arroteia de 30 000/ha e prémios de cultura, para o que se reservaram 3 000 000\$00 e 186 000\$00 respectivamente" (PAIS et al, 1976, p. 434).

As consequências desta campanha, segundo os autores que temos vindo a seguir, traduziram-se nomeadamente por:

- Externalização dos benefícios da campanha, pois foi o grande capital industrial-comercial, a montante da esfera agrícola, um dos grandes beneficiários desta iniciativa;⁴⁰
- Apropriação de mais-valia, quer sob a forma de lucro, quer sob a forma de renda, por parte dos grandes produtores pois a Campanha assegurando aos grandes lavradores um escoamento certo para o trigo,⁴¹ permitiu um suplemento de acumulação de capitais à grande burguesia agrária, e apropriação de capitais por parte da usura local (a qual todavia se pode confundir com a grande burguesia rural latifundiária);
- Penalização do pequeno produtor⁴² e do consumidor (que deveriam ser os beneficiários da Campanha segundo a propaganda oficial), mas que acabaram por a pagar bem cara, o primeiro devido a perdas monetárias e o segundo devido ao aumento relativo do preço do pão.

Uma das características associadas à espécie cerealífera consiste em que a respectiva produção não é constante. Os anos bons e maus alternam-se de acordo com os factores meteorológicos. Os anos piores são os anos chuvosos devido ao excesso de água que se acumula nos solos. Mas é também necessário que o mês de Abril não seja muito seco, e o mês de Maio não seja muito quente.

⁴⁰ Daí que para PAIS et al (1976, p. 422) "não se deve analisar a Campanha do Trigo de um ponto de vista exclusivamente ruralista. Convém ver até que ponto ela responde, não só aos interesses económicos da burguesia nacional (e até internacional) ligada à produção de adubos e maquinaria agrícola e à importação dos mesmos, mas também à necessidade de consolidação da aliança entre a grande agricultura cerealífera (proprietários e rendeiros) e uma fracção industrial capitaneada pela CUF"

⁴¹ O grande produtor foi também o maior beneficiado, por ter auferido do lucro por quilograma produzido, dado o preço do trigo ter aumentado substancialmente no mercado nacional

⁴² Apesar de vindo livrar da ruína total a maior parte dos pequenos e alguns médios produtores de trigo.

Para obviar a estes condicionalismos, introduziram-se a partir de 1935 algumas variedades de trigo precoce. Aperfeiçoaram-se também as técnicas das sementeiras, nomeadamente, o "espigoado" e o "método integral". A drenagem das terras de barro é extremamente difícil. Foram aperfeiçoadas as técnicas de adubação e, apesar da produção nacional, sem contar com o Alentejo, ter decrescido, a produção no Alentejo cresce até 1974:

QUADRO 105

PRODUÇÃO DE TRIGO E CEREAIS SECUNDÁRIOS

DECÉNIO	PRODUÇÃO NACIONAL (a)	PRODUÇÃO ALENTEJANA (b)
1935/1944	100	100
1945/1954	135	118
1955/1964	162	133
1965/1974	94	147

Fonte: RAPOSO (1977)

(a) a partir do índice 100 em 1935

(b) " " " "

A percentagem da contribuição da produção do Alentejo relativamente à produção total passa de 63.9 por cento para 65.7 por cento no último decénio.

4. Cevada

A cevada dística faz parte das novas culturas introduzidas no Alentejo. A evolução deste produto foi espantosa. Começou por responder às necessidades da indústria da cerveja, satisfaz completamente as necessidades nacionais e acabou por ser exportada. Neste panorama, a contribuição do Alentejo foi bastante significativa:

QUADRO 106

PRODUÇÃO DE CEVADA DÍSTICA NO ALENTEJO

ANO	PRODUÇÃO (ton.)
1960	12
1965	1800
1974	35000

Fonte: RAPOSO (1977)

Evolução que também se pode apreciar quando é apresentada por quinquénios como seguidamente se apresenta:

QUADRO 107

PRODUÇÃO DE CEVADA DÍSTICA EM ÍNDICES POR QUINQUÉNIOS

PERÍODO	PRODUÇÃO DO PAÍS	PRODUÇÃO DO ALENTEJO (a)	PRODUÇÃO DO PAÍS SEM O ALENTEJO (b)
1960/64	100	100	100
1965/69	654	853	485
1970/74	2 195	3 781	850

Fonte: RAPOSO (1977)

(a) a partir do índice 100 em 1960/4

(b) " " "

Segundo Hipólito RAPOSO (1977) o valor que esta produção supria em termos de importações era em 1974 de 162 mil contos, a preços da altura, sendo a comparticipação do Alentejo da ordem dos 86 por cento.

5. O milho

O milho foi trazido da América depois das descobertas. Era denominado "milhão" para se distinguir do "milho miúdo" cultivado até então. Teve grande sucesso nos regadios do Norte e Centro e particularmente no Noroeste de Entre-Douro-e-Minho, mas não no Alentejo onde estava relegado para os raros regadios existentes sempre que a água não era suficiente para a produção de arroz, ou para o revestimento de alqueives na sua variante de sequeiro.

Apesar de tudo, e contra todas as condições naturais, o Alentejo conheceu os primeiros campos de experimentação e produção comercial dos milhos híbridos norte-americanos, de cujo cultivo Portugal foi pioneiro na Europa após a II Guerra Mundial.

O primeiro campo foi estabelecido em Sacavém em 1945, mas as primeiras encomendas de sementes foram para Mora, Cuba e Vila Franca de Xira. Foi também em Mora que se fizeram os primeiros ensaios de adaptação das diversas variedades aos vários tipos de solo. Os primeiros campos de produção de semente foram instalados em Águas de Moura, Ponte de Sôr e Gavião. Apenas um campo foi instalado no Ribatejo.

Criaram-se também milhos híbridos nacionais, que preenchiam em 1974 50 por cento da produção de semente cultivada de milho híbrido que representavam 15 por cento do total de milhos semeados. Em 1974 havia 50 campos de produção de milho para semente de variedades nacionais e 49 estrangeiras, a maioria das quais situada no Alentejo e Ribatejo.

A produção de milho conheceu alguma expansão em todo o país, Alentejo incluído, tendo chegado a haver excedentes. Depois de 1958 começou a decair e estagnou em 1960/70, altura em que progredia na Europa Ocidental. Choviam críticas aos produtores por não cultivarem milho, sobretudo os alentejanos, por não aproveitarem os novos regadios para esta cultura. Em 1972/73 havia inclusivamente campanhas para a cultura dos milhos híbridos. O que se passava era que esta cultura não era rentável e raramente atingia as

indispensáveis 6 ou 7 toneladas por hectare. Em Barcelos conseguiam-se 4 toneladas e no campo de ensaio do Mira, os resultados oscilavam entre as 2,5 e as 5 toneladas.

6. O surto de arroz

Embora já existente em Portugal, a cultura do arroz começou a estender-se ao Alentejo no século XIX. Era contudo, uma cultura muito exigente que requeria o cultivo em canteiros encharcados em que a água funcionava como regulador térmico, e por isso, confinada a alguns vales de água abundante.

Nos anos 20 a 40, o aparecimento de pequenas barragens e motobombas e depois da II Guerra Mundial, o aumento dos preços para suprir a necessidade de abastecimento público, viriam trazer um novo dinamismo a esta cultura. Assim, a produção cresceu ininterruptamente tanto no país como no Alentejo até ao decénio de 1945/54, altura em que se dá uma crise de superprodução de arroz. A produção continua ainda a subir no decénio seguinte com a entrada em funcionamento dos regadios, no Alentejo, para decrescer depois em 1965/74 no país enquanto continua a aumentar no Alentejo. (v: Quadro 108).

QUADRO 108

PRODUÇÃO DE ARROZ (TONELADAS)

PERÍODO	PRODUÇÃO DO ALENTEJO	PRODUÇÃO NACIONAL
1929	8 000	22 000
1934	18 000	55 000
1945/54	31 000	106 000
1955/64	61 000	167 000
1965/74	72 000	164 000

Fonte: RAPOSO (1977)

Neste último período, o mercado era já deficitário. Traduzidas as produções em índices, verificamos que de 1945/54 para 1965/74 o Alentejo dobrou as suas produções enquanto o restante do país teve um decréscimo de 35 por cento. (v: Quadros seguintes).

QUADRO 109

PRODUÇÃO DE ARROZ EM ÍNDICES POR DECÉNIOS

DECÉNIO	PRODUÇÃO DO ALENTEJO	PRODUÇÃO DO PAÍS	PRODUÇÃO DO PAÍS SEM O ALENTEJO
1945/54	100	100	100
1955/64	196	226	141
1965/74	232	211	115

Fonte: RAPOSO (1977)

QUADRO 110
PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO DE ARROZ NO ALENTEJO RELATIVAMENTE AO
TOTAL

DECÉNIOS	%
1945/54	29.5
1955/64	36.7
1965/74	45.6

Fonte: RAPOSO (1977)

Vista a evolução da produção da espécie por um outro ângulo, constata-se o expressivo aumento do contributo do Alentejo para a produção nacional. (v: Quadros 109 e 110).

As produções unitárias no país são de 4,3 toneladas/ha enquanto que as produções unitárias do Alentejo são mais elevadas e situam-se acima das 5 ton/hectare (segundo Hipólito RAPOSO, estas produções unitárias são das mais elevadas do mundo).

Muito do progresso que o arroz teve no Alentejo deve-se a rendeiros do Alentejo, mas também do Ribatejo, que apesar de não terem terra tinham experiência da cultura.

7. O surto do tomate

A II Guerra Mundial trouxe alguma procura de tomate por parte do mercado externo e provocou algum desenvolvimento da cultura no Ribatejo, onde já existia desde o século passado. A procura estagnou e só recomeçou em 1956, provocando um desenvolvimento na cultura do tomate sem precedentes. (v: Quadro 111).

A cultura desenvolveu-se primeiro no Ribatejo, Estremadura e Algarve, tendo apenas começado no Alentejo em 1958. Nesse ano, arrancou com 105 hectares, em 1959 ocupava 110 hectares e no ano seguinte passou para 274, devido ao arranque de novos regadios. As fábricas, essas situavam-se na periferia do Ribatejo.

Tal como no Alentejo, também a produção nacional baixou para 714 mil toneladas, apesar disso, a percentagem do Alentejo na produção nacional subiu (embora as produções unitárias no Alentejo fossem menores do que no Ribatejo). (v: Quadro 112). Esta produção deu origem em 11 anos a um notável aumento do número de fábricas (em 1958 havia apenas uma fábrica no Alentejo (Elvas), em 1959 havia três, em 1965 quatro e em 1970 já havia 14 fábricas).

Inicialmente, a terra era explorada pelos proprietários, depois começou a aparecer o seareiro que contratando directamente com a fábrica arrendava a terra onde fazia a seara. De resto, o facto da cultura exigir algum pousio da terra propiciava este tipo de vida itinerante. Com os proventos desta cultura já em 1974,

QUADRO 111

PRODUÇÃO NACIONAL DE TOMATE (TONELADAS)

ANO	PRODUÇÃO
1956	25 000
1958	54 000
1962	148 000
1966	514 000
1973	924 000

Fonte: RAPOSO (1977)

QUADRO 112

PRODUÇÃO DE TOMATE NO ALENTEJO E RESPECTIVA PERCENTAGEM NA PRODUÇÃO NACIONAL

ANO	PRODUÇÃO DO ALENTEJO (ton.)	% NA PRODUÇÃO NACIONAL
1957	3 000	12
1960	8 000	16
1969	320 000	38
1974	291 000	40

Fonte: RAPOSO (1977)

muitos tinham adquirido terras e se tinham estabelecido como pequenos proprietários.

O seareiro tinha origens diversas, tanto poderia ser o trabalhador rural, como o pequeno proprietário ou artífice.

8. O azeite

O Alentejo sempre teve tradição de cultura da oliveira. Nos anos de 1932 a 1935, aproveitando os proventos, da campanha do trigo, os empresários plantaram nas suas propriedades muito olival.

Inicialmente, a oliveira ficou relegada para solos argilo-calcários ou calcários, xistos e granitos, com pouco préstimo para a cultura cerealífera. Contudo, quando baixaram as produções de trigo e os preços do trigo e da cortiça e subiu o preço do azeite, o que aconteceu durante a II Guerra Mundial e nos anos que se lhe seguiram (1944-1949), as plantações expandiram-se e ocuparam os solos próprios para cereais e leguminosas e invadiram encostas e afloramentos rochosos dificilmente mecanizáveis. Ao *boom* seguiu-se a retracção natural e o abandono de muitos olivais.

As plantações no Alentejo eram as mais modernas de todo o país, procedendo-se a enxertias e à procura de novas variedades. A fraca subida dos preços em 1956/57, e a

descida da taxa de lucro face ao aumento dos salários, determinariam um abrandamento na exploração e nas plantações.

As máquinas de colheita de azeitonas chegaram ao Alentejo em 1965, pouco depois o primeiro lagar de extracção contínua foi instalado no Alentejo e em 1976 havia na região 37 lagares com extractores que representavam 58.7 por cento dos existentes no país. Em 1974 já não havia no Alentejo nenhum lagar a funcionar com o sistema de parafuso ou misto, mas no país havia ainda 426 (14 por cento do total). Em 1970 houve uma campanha publicitária de prestígio do azeite de iniciativa de produtores alentejanos, cujo contributo para a produção nacional aumentou progressivamente no período considerado no Quadro 113.

QUADRO 113
PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO MÉDIA DE AZEITE DO ALENTEJO NA PRODUÇÃO NACIONAL

ANOS	% NA PRODUÇÃO NACIONAL
1931/1934	29.0
1935/1944	32.4
1955/1964	33.6
1965/1974	40.0

Fonte: RAPOSO, (1977)

QUADRO 114
PRODUÇÃO DE AZEITE

DECÉNIO	PRODUÇÃO NACIONAL (a)	PRODUÇÃO ALENTEJANA (b)
1935/1944	100	100
1945/1954	117	115
1955/1964	140	145
1965/1974	98	122

Fonte: RAPOSO

(a) a partir do índice 100 em 1935

(b) " " "

No último decénio a produção de azeite a nível nacional conhece um decréscimo maior do que no Alentejo. (v: Quadro 114).

9. A suinicultura

Em 1955, havia no continente português 1 418 615 suínos, dos quais 460 901 (32 por cento) se encontravam no Alentejo. Estima-se que em 1957, pouco antes da epidemia da peste suína africana, houvesse no Alentejo cerca de 500 mil porcos, representando 45 por cento do total nacional. Se considerarmos os porcos criados em liberdade, no montado esta percentagem ascenderia aos 80 por cento.

A produção de porcos em montado apresentava baixos custos devido ao tipo de alimentação praticado, que assentava no aproveitamento dos recursos excedentários (restolho) e dos frutos da azinheira e sobreiro. A engorda era lenta e a carne demasiado gorda, embora saborosa. Em compensação, o porco alentejano era um animal perfeitamente adaptado ao terreno e resistente.

Ainda na década de 50, a mudança nos hábitos alimentares e a consequente desvalorização de alguns produtos gordos (banha e toucinho), levou ao cruzamento com raças estrangeiras (*large white* e *landrace*), nem sempre com os melhores resultados em termos de adaptação. Eram espécimes mais adequados a explorações fechadas.

A peste suína entrou em Portugal em 1957, nos arredores de Lisboa, em explorações fechadas, mas acabou por irradiar para o resto do país, tendo encontrado no sistema de criação de porcos em liberdade praticado no Alentejo, terreno fácil para a sua propagação. Às vicissitudes naturais da doença, Hipólito RAPOSO acrescenta ainda a vacinação compulsiva, que segundo o autor foi uma forma de inoculação e propagação da doença. A doença manteve-se até 1967 e saldou-se por um prejuízo calculado em 500 mil contos, valor reportado à época.

Em substituição dos suínos, teve algum desenvolvimento a criação de perus de montado.

10. Os ovinos

O Alentejo é uma zona de ovinos por excelência. Em 1940 o Alentejo detinha 36 por cento do total dos efectivos existentes no continente, percentagem que ascendia já a 46 por cento em 1972. Apesar disso, de 1940 a 1972 houve uma quebra na produção de ovinos em todo o país, menos acentuada no Alentejo, devido ao desaparecimento dos pequenos rebanhos anti-económicos e ao abandono da cultura de cereais em solos impróprios. (RAPOSO, 1977)

Inicialmente e desde o século XIX, a única preocupação dos produtores era a melhoria das raças tendo em vista a obtenção de lã de melhor qualidade. Em 1929 foram importados os primeiros efectivos australianos. O *merino* espanhol "*soisson*" traria também um significativo melhoramento da lã, vindo a dar origem ao merino precoce, raça adaptada ao Alentejo. Nos anos 30 o objectivo do governo era suprir as carências do mercado interno,

nomeadamente da indústria têxtil nacional, embora nem sempre com os melhores resultados. Esta imposição durou até à década de 50, altura em que foi liberalizada a importação e exportação de lãs.

A partir dos anos 60, cresce o interesse pela carne de borrego, que vai entrando lentamente nos hábitos alimentares dos consumidores portugueses, quando em França era já a mais requisitada. Começam então a importar-se raças estrangeiras que permitiam um maior rendimento em termos de carne: o "*ille de France*", o *merino* alemão e o *Soutdown*. A resposta do mercado continua a ser muito ténue e a saída para este produto passa a ser a exportação para Espanha, França, Itália e Argélia, a preços bastante mais compensatórios do que os conseguidos no mercado interno. Em 1970, os produtores de Elvas, Beja e Évora, solicitam licença para comercializarem os borregos livremente de acordo com as solicitações do sector turístico e da restauração, viabilizando assim o investimento na qualidade da carne produzida.

Apesar das potencialidades pecuárias do Alentejo favorecerem a produção de ovinos, esta raramente foi uma produção exclusiva, alternando, primeiro com os suínos e depois com os bovinos.

11. Os bovinos

A função económica dos bovinos até à motorização consistia na produção de leite e como força de trabalho. Desde o século XIX que existiam e se melhoravam efectivos bovinos no Alentejo. Destaca-se o melhoramento da raça alentejana, da sub-raça mertolenga que, segundo Hipólito RAPOSO (1977), se expandiu por todo o país e por África dando, inclusivamente, origem à raça *afrikander*, e a adaptação de outras raças como o *mirandês*, o *salamanquenho* e o *sevilhano*, estes dois últimos, segundo o autor, descendentes da autóctone raça alentejana.

Era possível ainda encontrar no Alentejo raças leiteiras. A raça turina, melhor, *holstein-frizen* holandesa fora já adaptada há 150 anos e expandira-se por todo o país, mas havia ainda no Alentejo experiências de adaptação da arouquesa leiteira, da barrosã, da Jersey e da Normanda.

O gado charolês estava adaptado há mais de meio século em Beja e Cuba.

No Alentejo, havia ainda gado bravo perfeitamente adaptado à pobreza dos pastos e dos terrenos alentejanos. Das 64 ganadarias bravas que havia em 1974, 22 eram alentejanas (das restantes, 40 situavam-se no Ribatejo e 2 no Vale do Mondego). Havia porém alguma rivalidade entre estas ganadarias com significativo sucesso, que exportavam curros para Espanha, França, América do Sul, colónias portuguesas em África e Filipinas.

Em 1960, face à melhoria dos preços da carne, apoiada e incentivada pelo próprio Estado, começou a importação de reprodutores e vacas de algumas raças estrangeiras particularmente vocacionadas para a produção de carne (para o trabalho, os animais têm o

quarto dianteiro e os membros mais desenvolvidos, em contrapartida, quando a produção visa o aproveitamento da carne, o que interessa é o desenvolvimento do quarto traseiro e a diminuição da estrutura óssea). Apesar de tudo, as raças nacionais estavam melhor adaptadas para pastos pobres que obrigavam a grandes deslocções. Mesmo assim, chegou a criar-se, embora sem grandes consequências, um plano de fomento pecuário que previa um subsídio para a importação de raças estrangeiras, em troca do abate das nacionais.

Nesta altura, foram importados o *charolês*, o *hereford* de Inglaterra e Estados Unidos, o *agnus* de Inglaterra, o *saler* da França mediterrânica e o *santa gertrudis*, entre outras. Houve ainda experiências em Elvas e em Beja com a raça *devon* (que segundo consta, seria descendente de algum gado alentejano que teria sido levado para a Grã-Bretanha como dote de D. Catarina de Bragança no séc. XVII, tendo aí sido adaptado à produção de carne, já que a tracção, essa há muito que já se fazia com cavalos).

Ainda nos anos 60, houve subsídios à produção e aperfeiçoamento das técnicas de produção, nomeadamente, pela recriação dos vitelos até aos 18 meses. Passada a euforia dos primeiros tempos, concluiu-se também que a forma mais rentável de produção era a conjugação das vacadas em solos pobres com as vacas leiteiras. Os vitelos tanto podiam ser nacionais, como resultado de cruzamentos das raças nacionais com as estrangeiras. Começou a haver, entretanto, algum excesso de reprodutores. O mercado respondeu bem, tendo duplicado o consumo de carne de bovino de 1964 para 1970. As importações diminuíram de 32 por cento em 1967 para 6.6 por cento em 1970. Em 1971 decaiu a produção e aumentaram as importações. Também em leite, de que era necessário fornecer as grandes cidades de Lisboa e Setúbal, o mercado era deficitário.

12. Os equinos

Com a mecanização, foi anulada a função das éguas procriadoras de muares. Restavam três importantes coudelarias alentejanas: em Elvas e Ervideira, em Évora onde se produzia a raça peninsular, em Elvas onde se produzia cavalos de desporto por cruzamento com puro-sangue inglês e em Reguengos de Monsaraz na produção de peninsulares e anglo-árabes, mas sobretudo de árabes, uma piara que era considerada uma das melhores do mundo e que tinha assegurada a exportação de toda a produção.

A célebre coudelaria de Alter é um caso à parte. Nela se produz o Alter Real que tem vindo a ser sucessivamente depurado de alguns cruzamentos menos acertados.

O Alentejo não é uma região grande produtora de cavalos, e muito menos quando comparada com o Ribatejo, que o é por excelência.

13. “Adinamia” industrial

A industrialização do Alentejo foi prejudicada pela burocracia, que tornava moroso e difícil o licenciamento e pela deficiência de infra-estruturas.

Hipólito RAPOSO (1977) dá-nos conta de um inquérito realizado em 1964, tendo em vista conhecer as dificuldades de instalação e expansão que alguns industriais alentejanos defrontaram. Foi unanimemente condenada a morosidade e a dificuldade de obtenção de licenças, chegando a haver um desses industriais que montou uma fábrica em Espanha porque em Portugal a licença demorava. Fábrica essa, que era tão-somente a maior do ramo em Espanha.

Os industriais queixaram-se ainda dos preços da energia (mais elevados do que em outras regiões), das deficientes comunicações telefónicas e ferroviárias existentes no Alentejo. Houve três tentativas de instalação de fábricas no Alentejo, que devido às condições insatisfatórias acabaram por se instalar em Setúbal e Montijo. Apesar disso, instalaram-se no Alentejo uma indústria electrónica estrangeira (em Évora) e três fábricas de montagem de automóveis (em Vendas Novas, e que por imposição estatal deveriam estabelecer-se fora de Lisboa e regiões limítrofes).

Houve ainda um empresário que conseguiu uma linha especial de alta tensão, directamente para Portalegre, para montar no Alentejo uma unidade têxtil.

c. As infra-estruturas

As carências do Alentejo em matéria de infra-estruturas eram sobejamente conhecidas.

Em 1957 existiam no Alentejo aproximadamente 1000 barragens particulares de terra que regavam 39.000 hectares (dos quais só 11.548 eram regados pelo Estado através da Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola). Entre 1957 e 1973 construíram-se 992 barragens. Nesta altura, o Estado previa através do Plano de Valorização do Alentejo, vir a regar 173.000 hectares. Este Plano abrangia 6.34 por cento da área total do Alentejo e em conjunto com as áreas já regadas e outros aproveitamentos elevava a área total regada para 211.935 hectares, o que representaria 7.77 por cento da área total do Alentejo.

O governo criou em 1957 a **Comissão Coordenadora de Obras Públicas do Alentejo (CCOPA)**, a qual deveria dotar o Alentejo de infra-estruturas necessárias a um posterior desenvolvimento económico.

O resultado não terá contudo, sido o melhor uma vez que o Alentejo não beneficiou especialmente de obras públicas em comparação com outras regiões. Passados quatro

anos, os gastos com obras públicas nesta região representavam apenas 14 por cento do total do país, talvez justificados pela escassez de população.

Em 1927, a Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo, construiu a primeira barragem produtora de energia eléctrica no distrito de Portalegre, a segunda do país (a primeira era a do Lindoso, construída em 1920 por uma empresa espanhola).

O Alto Alentejo ficou assim dotado de energia mais barata e abundante, o que poderia ter beneficiado o processo de industrialização. Falharam, contudo, os mecanismos de distribuição da energia, as vias de comunicação, as estradas e os telefones. Em 1947 o distrito de Portalegre só dispunha de 98 km de estradas asfaltadas, estando os concelhos ligados entre si por estradas térreas.

No Baixo Alentejo e no Alentejo Central, só em 1950 uma linha eléctrica de alta tensão ligou estas regiões à rede geral do país, também ela em início de expansão.

Em 1964 as freguesias e os municípios do Alentejo estavam interligados por redes de estradas, e a CCOPA deu a missão por cumprida. Apesar disso, alguns lugares e freguesias ficavam isolados em Invernos chuvosos, e outros havia que não dispunham de energia eléctrica.

A rede telefónica terá melhorado a partir de 1964 (mas dez anos depois ainda era deficiente).

As qualificações dos recursos humanos não eram as melhores. A taxa de analfabetismo era muito elevada (em 1945 rondava os 80 por cento no distrito de Beja). Algumas empresas agrícolas mantinham escolas, e depois da campanha de alfabetização em 1953/54 o Estado pagava o salário de um professor para núcleos isolados de 9 crianças, devendo a empresa fornecer o edifício da escola e a habitação do professor.

No âmbito das infra-estruturas, refira-se a ainda o facto da elaboração em **1954** do Plano de Valorização do Alentejo, também conhecido por **Plano de Rega do Alentejo**, uma vez que era projectado para regar 161.700 ha. Na altura, o diagnóstico da situação que, ao mesmo tempo, fornecia a justificação para o regadio, assentava nas seguintes conclusões:

- a) Grandes extensões de terras com aptidão para o regadio, em escala que nem de longe se pode encontrar em outras regiões do País;
- b) Exclusivismo quase total da monocultura extensiva de sequeiro, sujeito, para mais, às contingências do tempo, que originam deficiência de humidade das terras em períodos de sete a onze meses por ano;
- c) Sub-desenvolvimento em todos os campos, incluindo o demográfico, da mais vasta província do País, acompanhada do cortejo dos problemas sociais inerentes,

que importa suprimir para não enterrar o progresso geral e, pelo contrário, para o impulsionar;

- d) Factores de valorização resultantes da passagem de sequeiro ao regadio superiores aos que se poderão encontrar em qualquer outra região do País.

Excluída que estava a hipótese de recorrer às águas subterrâneas, a solução passa pelo armazenamento da água no período das chuvas. Os recursos hidráulicos são contudo limitados, devido ao baixo valor e à irregularidade da precipitação e à pequena extensão das bacias hidrográficas, reduzidas aos afluentes dos rios Tejo, Sado e Guadiana. A área de regadio nesta altura, não ultrapassava os 70 000 ha, que representavam 40,5 por cento dos 173 000 ha que se pretendia irrigar no Alentejo. A área irrigada à época, era estimada em 39 000 ha, representando 1,4 por cento da superfície do Alentejo. Logo, a irrigação a criar teria de provir das águas do Tejo, Guadiana, Ardila e Degebe, cuja elevação teria de fazer-se a alturas bastante elevadas devido à distância das manchas a irrigar. O projecto pretendia então reduzir ao mínimo possível a altura de elevação das águas, e o conseqüente consumo de energia, o que implicava economizar a distância e aumentar a capacidade de armazenamento.

O plano de rega do Alentejo abrangia uma área total de 161 700 ha (6 por cento da superfície total do Alentejo), assim distribuídos:

QUADRO 115

ÁREA ABRANGIDA PELO PLANO DE REGA

Aproveitamento do rio Mira	14 000
Aproveitamento do rio Ardila	15 000
Sistema do Baixo Alentejo (englobando o aproveitamento do Alto Sado e a 1ª fase constituída pelo aproveitamento do Roxo)	81 200
Aproveitamento do Caia	8 900
Sistema do Alto Alentejo (englobando a 1ª fase constituída pelo aproveitamento do Crato - Alter)	42 600
TOTAL (hectares)	161 700

Fonte: Plano de Valorização do Alentejo, Ministério das Obras Públicas

Estimava-se que o custo da obra fosse de 5 270 000 contos, dos quais 1 300 000 seriam destinados aos assalariados e 248 500 a expropriações. 59 por cento da água a utilizar no Alto Alentejo seria bombada do Tejo ou do Guadiana, havendo no primeiro caso

um canal condutor de 267 Km de extensão, dos quais 32 em galeria. Estimava-se na altura que a execução da obra durasse 18 anos.

3.2.2. 1965-1985: Cronologia relacionada com o OT, o desenvolvimento, o ambiente e a QDV

0

Início da realização sistemática de eventos atinentes à reflexão e debate sobre a situação da Região ou de algumas das suas componentes territoriais **(1)**.⁴³

Surgimento de importantes projectos estruturantes. Extinção de outros projectos estruturantes. Surgimento e declínio da movimentação tendente a alterar o estatuto da posse e o uso da terra. Fundação da cidade nova de Stº André **(2)**.

Reactivação do ensino superior universitário, e implantação do ensino superior politécnico **(3)**.

Incremento da densidade organizacional, seja de base,⁴⁴ seja associativa ⁴⁵ **(4)**.

(1)

De 23 a 29 de Março de **1969**, promovido pelas Comunidades Distritais do Alentejo e Algarve⁴⁶, decorre em Évora o **I Encontro sobre o "Desenvolvimento Regional da Região-Plano Sul"**. Os objectivos foram sintetizados na sessão de abertura num só: "abrir, no debate dos grandes problemas transtaganos, a participação a todos que a desejem oferecer", facto também realçado pelo Ministro de Estado Adjunto à Presidência do Conselho, de resto de acordo com um diploma que estabelecia as normas a que devia subordinar o Planeamento Regional e que consagrava a participação das populações. As sessões de trabalho se agruparam em 4 secções, abrangendo 12 grupos de trabalho como segue:

Secção I (Fomento Económico)

A - Agricultura

B - Silvicultura

C - Pecuária

D - Hidráulica

⁴³ Tal como este número, os seguintes, que vão até (5), e que se encontram no fim de um parágrafo entre parêntesis na página seguinte, significam que a matéria a que se referem será desenvolvida identificada previamente pelo número correspondente.

⁴⁴ v.g. Associações de Desenvolvimento, Associações de defesa do ambiente e do consumidor.

⁴⁵ Municipal, empresarial, sindical.

⁴⁶ E sob o patrocínio dos seguintes Ministros: de Estado (Adjunto da Presidência do Conselho), do Interior, da Economia, das Obras Públicas, das Finanças, das Corporações e Previdência Social, das Comunicações, da Educação, da Saúde e Assistência

Secção II

E - Indústria; Sub-solo; Energia

F - Comércio; Comunicações e Transportes

Secção III

G - Turismo; Etnografia e Natureza

H - Património Arqueológico, Monumental e Artístico

I - Educação; Ensino e Investigação

Secção IV

J - Urbanismo; Habitação; Saúde e Assistência

L - Promoção Social

M - Direito; Finanças e Economia; Legislação

A vastidão dos temas mereceria ao Ministro o comentário de que os trabalhos não se haviam cingido apenas aos problemas de desenvolvimento económico propriamente ditos, mas abordaram também problemas de desenvolvimento cultural e educativo bem como aspectos sociológicos, directa ou indirectamente relacionados com eles.

Na sessão de encerramento o Eng.^o Francisco José Cortes Simões comunicava que tinha sido revelada "a existência de numerosas potencialidades, não apenas de natureza material mas também de natureza humana, que é necessário pôr a render".

Na sessão de abertura, faziam-se votos para que se tivesse provocado "o mecanismo irresistível de se repetirem estes encontros nas restantes capitais de distrito da Região-Plano Sul". Para tanto seria preciso esperar quase vinte anos.

Também no encerramento do Encontro é mais uma vez afirmada a urgência e a importância da criação da Universidade de Évora para o desenvolvimento da região.

Em **1979**, durante quatro meses, tem lugar a discussão pública do **Plano Director de Évora** (aprovado pelo governo em 10 de Novembro de 1984). O PDM de Évora é constituído por duas partes: a primeira, propositiva, que parte da análise da realidade concelhia, e avança com a indicação das acções a desenvolver no domínio do planeamento físico e, embora com desenvolvimento bastante menor, também no domínio do económico; a segunda, de condicionantes ao uso do solo.

Em Outubro de **1985** tem lugar em Évora o **I Congresso Sobre o Alentejo** sob o lema *Semeando Novos Rumos*.

As preocupações estão patentes em vários discursos e comunicações, e a situação é genericamente diagnosticada: a região que ocupa 1/3 da área do continente, só tem 6 por cento da população residente e um rendimento *per capita* correspondente a 1/3 do da região de Lisboa. Em causa está uma região que perdeu cerca de 200 mil habitantes na década de 60, envelhecida, pobre e que contava, na altura, com cerca de 25 mil desempregados. Deste congresso, cujo principal objectivo era propiciar a reflexão e aprofundar o conhecimento

acerca dos problemas da região, esperava-se que contribuísse para o seu desenvolvimento, porque "o Alentejo tem todas as possibilidades de se transformar numa região diferente do que é actualmente, apresenta grandes e variadas potencialidades praticamente inexploradas cujo aproveitamento poderia alterar decisivamente a face desta vasta planície". As mesmas preocupações mas também as mesmas esperanças são visíveis na mensagem do Presidente da República, ao afirmar que os alentejanos "há muito que aguardam a solução dos problemas do despovoamento, da falta de infra-estruturas sociais, do analfabetismo, da satisfação das necessidades básicas (...) Mas todos nós sabemos que de entre as potencialidades existentes nesta vasta região, a sua maior riqueza é o próprio povo alentejano, que a par de uma cultura específica e característica, constituirá, estou certo, vector fundamental da transformação e do desenvolvimento".

Na intervenção de encerramento os problemas identificados são a estagnação económica e a consequente regressão social, a estrutura fundiária, a escassez da água para fins múltiplos e a inexistência de uma política de desenvolvimento regional. Mais uma vez, são reforçadas as potencialidades: "contido nesta área de um terço do território nacional, o Alentejo dispõe de importantes recursos de solo e subsolo, condições climáticas favoráveis, forte tradição agrícola, condições que o tornam apto ao desenvolvimento do turismo, e dispõe, já em fase avançada dos maiores projectos de desenvolvimento a nível nacional - Alqueva, Sines, aproveitamento das pirites - capazes de criar excelentes disponibilidades energéticas e de recursos hídricos e de induzirem fortes crescimentos industriais". Formuladas a partir destas potencialidades, as soluções avançadas para o desenvolvimento regional passam pelo progresso da agricultura, pelo desenvolvimento das indústrias transformadoras dos produtos do solo e do subsolo, pela implantação de uma política de emprego, de formação profissional, de apoio à juventude bem como à população em geral através da criação de equipamentos colectivos, do património, do Alqueva e da regionalização.

(2)

Em **1968** é feito o último despedimento na **Mina de S. Domingos** por alegado esgotamento do jazido. Dez anos antes, esta mina que se estima ter produzido entre 1858 e 1958, 20 milhões de toneladas de minério, encontrava-se já numa fase de declínio. Empregava então 1650 pessoas quando já chegara a ter 3000 empregados. Como tal já em 1965 a empresa Mason & Barry, concessionária havia decidido encerrar a mina.

Em 1972 a empresa La Sabine (concessionária para quem os bens passariam em caso de falência, conforme estipulado no contrato) desmantela as estruturas do complexo mineiro, que vende para sucata.

Em 1984, através de um despacho da Direcção Geral da Industria a empresa La Sabine perde o direito de exploração por não fazer qualquer tipo de exploração num período

de 25 anos, mas continua proprietária dos 2200 hectares onde se situa a Mina assim como de todos os bens que lá se encontram.

A **Reforma Agrária** foi um processo de expropriação e colectivização da posse da terra que teve início nos primeiros meses de **1975**.

Antes de 1975, nos distritos de Évora, Beja e Portalegre, 2 por cento do total de explorações agrícolas detinham 57 por cento da área da região e 80 por cento da população activa agrícola era constituída por assalariados, a maioria dos quais apenas encontrava ocupação em trabalhos sazonais. Segundo Júlio MARTINS (1976) “os últimos anos do regime fascista caracterizaram-se por uma ampliação ou formação de enormes blocos de propriedade fundiária (...) Dezenas de milhar de hectares foram sendo acumulados por grandes grupos financeiros, industriais da cortiça, das celulosas, da especulação turística e imobiliária.” Havia nesta altura proprietários que detinham mais de 20 000 hectares de terra.

A Reforma Agrária foi resultado de um movimento de trabalhadores rurais que ocuparam terras vindo a formar mais de 500 unidades de produção. As unidades de produção assumiam a forma de colectivos de trabalhadores que controlavam e geriam, em comum, a terra e os meios de produção.

Nas terras integradas nas U.C.P.'s/Coop(s), de antes da ocupação para o ano agrícola de 75/76, a área cultivada passou para o triplo, a produção de cereais aumentou 2,8 vezes e o número de postos de trabalho quadruplicou.

Na realidade, verificou-se nesta altura um retorno de muita da população que nas décadas anteriores haviam emigrado para as cinturas industriais de Lisboa e Setúbal.

O quadro 116 mostra a evolução da Reforma Agrária nos concelhos dos distritos do Alentejo e Ribatejo até Fevereiro de 1990, data em que as U.C.P.'s/Coop(s) detinham pouco mais de 10 por cento da área inicialmente ocupada.

Apesar da sua existência se ter prolongado até 1990, a partir de 1976 e sobretudo, 1977, a Reforma Agrária começou a enfrentar um movimento de resistência que foi designado por Contra-Reforma Agrária. Começa então a reposição do estado anterior, nomeadamente pela devolução de terras, equipamentos e gados. Estava decretado, a prazo, a extinção do movimento de Reforma Agrária.

QUADRO 116

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

Data (fins de)	UCP existentes	Áreas (há)	Postos de trabalho	UCPs iniviabilizadas	Áreas retiradas	Postos de trabalho suprimidos
1975	550	1.130 000	71 900	-	-	-
1979	499	880 000	43 900	51	250 000	28 000
1982	362	499 000	22 050	188	631 000	49 350
1985	320	410 000	18 850	230	720 000	53 050
1986	302	360 000	16 810	248	770 000	55 090
1987	287	334 000	15	263	796 000	56 900(1)
1988	241	284 000	000(1)	309	846 000	58 780
31/7/89	225	236 000	13 120	325	894 000	59 450(1)
2/90(2)		150 000(2)	12 500(1)			

Fonte: Balanços das Conferências da Reforma Agrária

(1) Estimativa.

(2) Fonte: Batista (1993)

Pelas suas características, este movimento não pode ser filiado nas correntes de pensamento teóricas que animaram os pensadores no século passado (os seguidores de Severim de Faria, nomeadamente O. MARTINS, que desenvolveram um ataque aos incultos e advogavam um redimensionamento da propriedade fundiária). Este movimento vem no seguimento de muito descontentamento social que ao longo dos tempos teve algumas erupções (como quando em 1918 o movimento sindical instigou à ocupação simbólica de terras em Vale de Santiago).

A reivindicação de uma reforma Agrária sob o lema "a terra a quem a trabalha", levanta uma questão de posse, não de dimensão, e tem por isso, motivações mais político-sociais do que económicas. O facto de a terra ter sido mantida nas suas dimensões anteriores, ou ainda mais concentrada, ainda que sob administração colectiva, faz-nos levantar, de resto, a questão da possibilidade do fraccionamento da propriedade, quando os recursos da terra não se compaginam com propriedades de pequena ou média dimensão.

Em **1977** tem lugar o efectivo arranque das obras da barragem do Alqueva, com custos estimados em 20/25 milhões de contos, distribuídos por 21 anos.

Em 18 de Novembro de **1978**, depois de pareceres negativos do Banco Mundial, e quando já estão investidos quase 1 milhão de contos, é decidida a suspensão dos trabalhos da barragem do Alqueva pelo governo Nobre da Costa.

(3)

A 24 de Outubro de **1964**, começam as aulas no **Instituto de Estudos Superiores**, que mais tarde se viria a denominar Instituto Superior Económico e Social. Neste Instituto eram ministrados os cursos de Sociologia (Ciências Sociais) e de Economia (Direcção e Administração de Empresas). Entretanto já em 1962, o Conde de Vilalva tentara, juntamente com a Companhia de Jesus, transferir a Faculdade Pontifícia de Filosofia dos Jesuítas de Braga para Évora, o que não viria a acontecer por resistência da cidade de Braga. Daí resultou que em 1963 fosse criada a Fundação Eugénio de Almeida, que entre outros objectivos contemplava a criação de um Instituto de Estudos Superiores dirigido pela Companhia de Jesus. E em face dos esforços desenvolvidos em 22 de Junho de 1967 é concedido o alvará de funcionamento nº 1819 de 18 de Maio/67 para o funcionamento do Instituto Superior Económico e Social de Évora (I.S.E.S.E.), fixando-se a sua lotação total em 360 alunos externos de ambos os sexos em co-educação dos cursos de Administração e Gerência de Empresas.

A 10 de Novembro de **1975** começam as actividades lectivas no Instituto Universitário de Évora, cuja Comissão Instaladora havia tomado posse a 4 de Janeiro de 1974. Este facto vem na sequência da publicação a 11 de Agosto de 1973 do D.L. que instituía as novas Universidades e Institutos Universitários (D.L. 402/73), onde se salvaguarda que os Institutos Universitários conferem os mesmos graus do que as universidades.

Já antes, em Janeiro de 1972, o Ministro da Educação havia comunicado a decisão do Governo de criar novos Centros Universitários, e em Dezembro do mesmo ano é anunciada a criação de vários centros Universitários, um dos quais em Évora. Na base desta decisão terão estado a existência nesta cidade do ISESE e o facto de Évora ser a única cidade capital de Região-Plano sem universidade.

E anteriormente, em Janeiro de 1971, o Ministro Veiga Simão tinha apresentado as "Linhas Gerais de Reforma do Ensino Superior" e o Projecto do Sistema Escolar, em cuja discussão participou a Região-Plano Sul, tendo na altura proposto a criação da Universidade de Évora a partir do Instituto Superior Económico e Social.⁴⁷

O **Instituto Politécnico de Portalegre** é criado através do D.L. nº 303/80 de 16 de Agosto e tem a missão de integrar a respectiva Escola Superior de Educação. Nesta Escola são actualmente leccionados os cursos de Animação Educativa e Sócio-cultural, Jornalismo e Comunicação, professores do Ensino Básico (variante de Matemática e Ciências da Natureza) e Professores do Ensino Básico (variante de português e Francês). A esta Escola

⁴⁷ Dando continuidade à já antiga aspiração de ver novamente Évora convertida em cidade universitária, o Conselho Municipal propôs em moção de 27 de Fevereiro de 1958 que os edifícios do antigo Colégio do Espírito Santo e da Universidade de Évora fossem novamente consagrados à sua função, ao mesmo tempo que incumbia o Presidente da Câmara Municipal de diligenciar nesse sentido junto do Governo. Em 1959, quando perfaziam quatro séculos desde a fundação da Universidade de Évora e dois séculos do seu encerramento, o movimento pró-universidade adquire o maior dinamismo. Em 1961, numa visita a Évora o então subsecretário da Educação, Dr. Baltasar Rebelo de Sousa, comunica a intenção de Ministro da Educação de criar institutos propedêuticos.

viria acrescer a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre onde são ministrados os cursos de Contabilidade, Engenharia Industrial da Qualidade, Engenharia da Comunicação e Técnicas Gráficas, Engenharia Electromecânica, Gestão Comercial e Marketing e Gestão e Criação de Empresas.

(4)

Em **1979**, através do D.L. nº 494/79, de 21 de Dezembro é criada a **Comissão de Coordenação da Região Alentejo**, à qual foi conferido o mandato "de exercer a coordenação e compatibilização das acções de apoio técnico, financeiro e administrativo às autarquias locais e de executar as medidas de interesse para o desenvolvimento da respectiva região, visando a institucionalização de formas de cooperação e diálogo entre as autarquias e a administração central". O D.L. nº 130/86 vem proceder a algumas alterações, nomeadamente pela descentralização de competências em matéria de ambiente e Ordenamento do Território, a par de outras alterações orgânicas tendo em vista a maior eficácia e capacidade técnica na resposta aos desafios e "solicitações que se colocam à promoção de desenvolvimento regional e no apoio à administração local". O D.L. nº 260/89 cimenta e define a estrutura orgânica das comissões.

Em 16 de Dezembro de **1980** é constituída a **Associação de Defesa do Património de Mértola**, cujos objectivos prioritários são: a) Estudar, salvaguardar, valorizar e defender os aspectos monumentais, naturais, urbanísticos, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos do concelho de Mértola; b) Apoiar e desenvolver acções tendentes à melhoria e promoção de actividades profissionais características do concelho, nomeadamente, agrícola, silvo-pastoril e pesca; c) Promover o desenvolvimento local, entendido como processo de melhoria das condições culturais e materiais, de vida das populações; d) Desencadear e desenvolver acções de formação profissional e outras que valorizem os recursos humanos locais com vista à prossecução dos fins apontados nas alíneas anteriores.

A 27 de Janeiro de **1981** é constituída a **Associação de Municípios do Distrito de Beja** (AMDB), composta por dezassete municípios. Os seus estatutos viriam a ser alterados a 28 de Junho de 1991. Nestes pode-se verificar que os seus objectivos são "intervir, em termos transmunicipais, nos domínios económico, social, cultural, desportivo e urbanístico, designadamente pelas seguintes formas: a) Promoção de estudos de interesse comum a vários municípios associados; b) Elaboração, gestão e ou desenvolvimento de planos ou projectos em qualquer dos domínios de intervenção; c) Desenvolvimento de quaisquer outras actividades de interesse comum à generalidade dos municípios associados."

Em Setembro de **1985** é formalmente criada a **Associação de Municípios do Distrito de Évora** (AMDE) que associa os municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa, com os objectivos de promover a cooperação intermunicipal em matéria de estudos e elaboração e gestão de projectos e planos comuns nas mais diversas áreas e

representar os municípios associados junto dos órgãos de soberania. Em 1993 a AMDE vê aprovados novos estatutos, já com a sua composição reduzida a apenas dez membros, sem os municípios de Estremoz, Mourão e Viana do Alentejo.

Em 2 de Julho de **1985** é publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 32/85 que cria o gabinete coordenador do PIDR da Zona Crítica Alentejana (Entre Mira e Gadiana). Face à degradada situação económica e social que se fazia sentir naquela zona, este PIDR tinha como objectivos:

- ▮ Fixar população. Porque sem população não há desenvolvimento e esta zona nas duas últimas décadas perdeu cerca de 50 por cento da população residente o que equivale a uma média anual de 1500 pessoas que abandonam a zona e emigram. Há necessidade de estancar este fluxo populacional;
- ▮ Criação de empregos nos diversos sectores de actividade para absorver a mão-de-obra disponível, segundo dados do Serviço de Emprego o número de desempregados é da ordem dos 7100.
- ▮ Utilizar racionalmente os recursos existentes. Adaptar os sistemas agrícolas às condições naturais da zona de modo a proporcionar um aumento de rendimento das explorações agrícolas, silvícolas e a preservação do solo e da flora local, aumentando o contributo da zona para a formação do PIB regional;
- ▮ Apoiar as pequenas unidades industriais familiares existentes para que seja possível a sua rentabilização;
- ▮ Satisfazer as necessidades das populações e melhorar o seu nível de vida, através da implantação adequada dos serviços e equipamento de saúde, educação, segurança social e da construção das infra-estruturas básicas (água, electricidade e esgotos) e da rede viária e melhoria no sistema de transporte;
- ▮ Permitir a participação das populações na definição das estratégias a seguir, e no encontro de soluções adequadas para a resolução dos problemas;
- ▮ Assegurar a intervenção coordenada dos serviços da administração central, da administração local e do sector público.

SÍNTESE

Na publicação de onde foi retirado este texto (Santos, 1997) é traçado um cenário provável para o Alentejo. Aborda-se aí o futuro da região, perspectiva que no entanto requer o estudo do passado, o que foi exposto nos pontos anteriores. Na referida publicação, defende-se que no horizonte 2010 o Alentejo embora melhore globalmente a sua situação quando comparado consigo mesmo em 1990, será muito provavelmente uma região ainda

muito fragilizada, na medida em que o cenário mais provável aponta para a seguinte situação:

Em termos do *grau de desenvolvimento e dinâmica demográfica*, o Alentejo continuará a ser uma região ainda com problemas de desenvolvimento, pois muito provavelmente apresentará uma situação socio-económica na qual embora 1 em cada 2 variáveis tenda para melhorar, 3 em cada 5 variáveis explicativas do grau de desenvolvimento apresentarão um deficit,⁴⁸ enquanto só 2 em cada 5 apresentarão situações positivas, o que se traduzirá entre outras características por uma base económica pouco dinâmica, e por uma qualificação pouco satisfatória dos recursos humanos. Cumulativamente será uma região menos populosa, com uma estrutura demográfica duplamente envelhecida mais agravada. Estas situações contribuirão para que se degrade a posição do Alentejo em relação às regiões mais ricas do país.

Em termos do *estado de ordenamento do território*, o Alentejo apresentará na generalidade uma situação favorável, quer no que se refere às infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, quer em termos de apoio às infra-estruturas de apoio à QDV.

Em termos do *estado do ambiente e do grau da qualidade de vida*, a região, por um lado, acolherá uma situação que aponta para a melhoria de diversas variáveis ambientais (1 em cada 3), e um agravamento na qualidade de outras dessas variáveis (1 cada 3 também), se bem que 7 em 12 apresentem provavelmente um sinal positivo em 2010. Por outro lado, tenderá para apresentar: i) uma situação satisfatória no âmbito da QDV objectiva, pois todos os indicadores inerentes (e uma parte substancial do indicadores relacionados, caso do ambiente) alcançarão expressões qualitativas favoráveis, bem como, ii) uma situação menos gravosa do que em 1990 no âmbito da QDV subjectiva, pois com excepção da preocupação com a criminalidade que se agravará,⁴⁹ as outras cinco componentes consideradas, tendem a evoluir para patamares menos gravosos ou mais satisfatórios.

Importa então ver qual a situação de partida e os antecedentes desse cenário proposto. No que se refere à base de partida, constata-se que consiste numa região periférica, subdesenvolvida, das mais pobres da Europa apresentando traços estruturais e estruturantes tais como: relevância da vertente agrícola e do terciário não comercializável; sistema extensivo da monocultura e predominância do cultivo de cereais; prevalência das explorações agrícolas de grande e média dimensão; duplo envelhecimento; base económica debilitada; especialização essencialmente em actividades utilizadoras de recursos naturais, situadas muito a montante da cadeia de transformação.

⁴⁸ Entre elas algumas das que se podem considerar fundamentais (v.g. Capacidade empresarial e de risco; Rede dinâmica de PME; Serviços avançados do terciário superior; Capacidade de inovação)

⁴⁹ Na sua edição nº 1280, de 10/5/1997, o jornal *Expresso*, dá conta de um dos aspectos desta preocupação num artigo intitulado «Alentejo a ferro e fogo», onde se refere que “com a onda de assaltos, violações e ‘contos do vigário’ que se abateu, nos últimos meses sobre os montes isolados do interior alentejano, não admira que uma população envelhecida, sentindo-se na lista de espera, receba hoje os forasteiros de caçadeira em punho. É o Alentejo a ferro e fogo ...”

A situação referida está associada às seguintes características que são comuns à quase generalidade das regiões com atrasos de desenvolvimento:

- a) Baixa taxa de natalidade e reduzido número de jovens;
- b) Expressivo número de idosos;
- c) Elevada expressão da população activa afecta aos serviços públicos;
- d) Inexistência de capacidade empresarial e de risco;
- E) Inexistência de indústrias transformadoras;
- F) Declínio da importância do sub-sector agrícola (em termos de mão-de-obra ocupada e de contribuição para o VAB);
- g) Inércia da base económica.

E assim dá origem às seguintes tendências pesadas que actualmente têm lugar nesta região:

- a) Predominância de actividades desprovidas de utilização de modernas tecnologias, e geradoras de um baixo valor acrescentado;
- b) Aumento da população considerada urbana e semi-urbana;
- c) Diminuição da população rural, e da população a viver em lugares isolados;
- d) Diminuição do volume global da população;
- e) Agudização do duplo envelhecimento;
- f) Diminuição da densidade populacional;
- g) Diminuição da fecundidade;
- h) Sobredimensionamento de vários equipamentos.

Estas tendências radicam também em condicionantes naturais/invariantes e antecedentes dos quais se salienta:

- a) Solos na generalidade pouco produtivos, polvilhados por algumas manchas de solo fértil;
- b) Carência do aprovisionamento de recursos hídricos;
- c) Clima mediterrânico;
- d) Base económica pouco versátil;
- e) Inércia da matriz cultural (v.g. reduzida capacidade empreendedora e de risco);
- f) Geometria da estratificação social pouco elástica, (que só se alterou sensivelmente nos últimos 20 anos).

O Alentejo apresenta-se assim como uma região com tendência para a rarefação humana e desertificação biofísica; e com uma diminuta capacidade de gerar efeitos multiplicadores endogeneizáveis, após ter sido na Pré-História e na Antiguidade, uma região atractiva quando comparada com outros territórios, da península, nomeadamente os que se situavam para lá do rio Tejo, pressupondo-se que por dispor de factores locais favoráveis aos seres humanos da altura, tais como: regularidade geográfica; riqueza de recursos minerais (altamente valorizados) e amenidade climática.

Depois de um domínio de romanos e árabes durante os quais se implantou a rede de povoados, e a estrutura fundiária se delineou, suceder-se-ia a reconquista cristã que deu origem a uma distribuição de terras, que correspondia simultaneamente a uma função de retribuição pelo auxílio militar prestado, e a uma necessidade de afirmação e efectivação da posse de terra. Daí adveio a consolidação duma estrutura fundiária que poderá ter marcado a evolução do Alentejo, pois proporcionou a implantação de uma estrutura agrária (instituída) que pelo seu pouco dinamismo (reserva de terras para a caça, concentração das populações num reduzido número de aglomerados e na dependência das flutuações da gestão dos proprietários abastados, absentismo) viria a longo prazo a depreciar esta região, situação que só se alterou pontualmente para melhor, durante a segunda metade do século XIX, e ilusoriamente durante alguns anos da primeira metade do século XX.

Entretanto a estagnação da base económica (que por efeito das opções nacionais e regionais de desenvolvimento e de ordenamento, se continuou a revelar tal como antes, pouco dinâmica), a rígida geometria da estrutura fundiária, associada à posse concentrada e ao uso extensivo (e ao não uso) da terra, e a deterioração cíclica das condições de vida devido a secas periódicas, criaram situações adversas que atingiram duramente a população e deram origem a episódios de revolta e de tentativa de alteração do *status quo*, mantiveram uma baixa densidade populacional, suscitando assim a insatisfação na generalidade da população alentejana com as suas condições de vida, que se manifesta de sobremaneira a partir dos anos sessenta, época em que se inicia um êxodo significativo dos alentejanos para a área metropolitana de Lisboa, e para o estrangeiro, fortemente estimulados pelas oportunidades abertas pelo ciclo de crescimento económico aí verificado.

A agricultura entretanto perde a relativa pujança que a caracterizou nomeadamente nos finais do século XIX e princípios do século XX, sem que se tivessem perfilado alternativas à continuação da importância estruturante desta actividade, muito marcada pelas culturas de sequeiro. Situação que a par do insucesso de empresas e projectos estruturantes, quer públicos, quer privados, quer mistos, que tem ocorrido no Alentejo,⁵⁰ tem contribuído para acentuar ainda mais o atraso da região no contexto nacional e comunitário, factos estes antecidos por tentativas de repovoamento da região, e pela desastrosa campanha do trigo. Estes insucessos têm contribuído para que se mantenha instituída uma matriz cultural ancorada a traços de teor conformista e de submissão ao dependentismo, partilhada essencialmente pelos alentejanos desprovidos de capitais (Bourdieu), a qual predomina sobre o baixo grau de penetração instituinte da cultura da iniciativa, da inovação

⁵⁰ De que se destaca o complexo de Sines, a Odefruta, o complexo turístico de Tróia, o plano de rega, o arrastamento da abertura do Hospital do Patrocínio, a UNESUL, a SODERA, o matadouro de Sousel, a ENASEL, o complexo mineiro de Aljustrel, bem como o encerramento de fábricas do ramo agro-alimentar como por exemplo o Divor, os Leões e a FORE, ou do ramo têxtil como a MELKA. É de referir no entanto que ultimamente alguns projectos estruturantes se estão a materializar (o MARE, a nova fábrica da Siemens, e o EFMA, este com 20 anos de atraso).

e do êxito (rarefeita pela saída para fora da região, de muitos dos empreendedores, que aqui não têm conseguido encontrar terreno favorável para expandir as suas capacidades).

Para obviar a situação gravosa que o Alentejo tem enfrentado, nestes últimos 30 anos, o poder central e o poder local (através das suas Associações de Municípios), desencadearam, como se especificará abaixo, intervenções com a finalidade de proporcionar à região, as condições que permitissem a estabilização demográfica, a dinamização económica, o mais adequado ordenamento do território, a preservação do ambiente, e a melhoria da QDV.

Os últimos dados fornecidos no Relatório sobre a Coesão Económica e Social, vieram frustrar essas expectativas, pois algumas das condições necessárias para a região atingir níveis de desenvolvimento satisfatórios, continuam ainda por preencher, dando origem a que em termos relativos o Alentejo continue tão ou mais pobre do que era, em relação às regiões e sub-regiões mais ricas de Portugal e da União Europeia. Existe assim nesta região um regresso ao passado mais recente ou mais longínquo, no que se refere a alguns aspectos tais como:

- a) Despovoamento e rarefação populacional;
- b) Regressão da importância da agricultura, absentismo e retorno aos terrenos coutados;⁵¹
- c) (Re)concentração da população.

Como acima se referiu, para inverter esta tendência negativa e desencadear um processo de mudança com repercussões positivas, têm sido concretizadas na região diversas intervenções, inspiradas umas pelo poder central, e outras pelo poder local (através das suas associações), bem como têm sido apresentadas propostas por alguns dos actores regionais relevantes. (esse acervo está sistematizado para consulta no Anexo XVI).

As intervenções podem agrupar-se por gerações (cinco, de acordo com um critério cronológico e características das intervenções), e os seus efeitos na região não lograram atingir o tão esperado salto qualitativo do Alentejo no sentido do desenvolvimento socio-económico.

- Intervenções da 1ª Geração. Que se encontravam incluídas nos Planos de Fomento, e cuja principal consequência para o Alentejo se traduziu na implantação do até agora fracassado pólo industrial de Sines e do seu porto de águas profundas;
- Intervenções da 2ª Geração. Ocorreram na fase de pré-adesão à CEE, e materializaram-se através de dois PIDR (PIDR do Norte Alentejano, e PIDR de

⁵¹ De cujas consequências é dado o seguinte exemplo: “coartados que foram caminhos vicinais que permitiam à população da Amareleja ter acesso ao rio Ardila, resta-lhe a luta pela reposição da livre circulação que as reservas de caça estão a impedir desde 1992. Um estranho jogo de conveniências e de influências colocou os residentes daquela vila alentejana localizada junto à raia de Espanha num autêntico cercado com vedações por todos os lados.” (*Público*, ano 8, nº 2648, de 12/6/1997)

Entre Mira e Guadiana). Procurou-se com estas intervenções resolver carências em infra-estruturas, promover o aproveitamento de recursos endógenos, diminuir o desemprego, regenerar o tecido empresarial, e adequar a agricultura às novas realidades. Estas intervenções só tiveram porém impactos socio-económicos pouco expressivos nas áreas geográficas de incidência. Proporcionaram no entanto alguns ganhos de experiência, que permitiram um melhor desempenho nas intervenções da geração seguinte;

- Intervenções da 3ª Geração. Tiveram lugar logo após a adesão à CEE, e consubstanciaram-se em PO e numa OID no âmbito do 1º Quadro Comunitário de Apoio, (e também nos PIDD de inspiração municipal). Incluem um considerável lote de propostas viradas para o desenvolvimento, e um lote mais reduzido de propostas no âmbito do OT, a que se seguem propostas no âmbito da Qualidade de Vida e do Ambiente. Não conseguiram também melhorar a posição do Alentejo que em 1993 continuava situado na posição crítica em que se tem encontrado desde 1986, quando comparados os respectivos indicadores socio-económicos com a média europeia e com a média nacional;
- Intervenções da 4ª Geração. Neste tipo de intervenções incluem-se aquelas de inspiração local: Planos Acção Local no âmbito do Leader, planos estratégicos municipais, Projectos de Luta Contra a Pobreza (dinamizados nomeadamente por Autarquias e por Misericórdias);
- Intervenções da 5ª Geração. Situa-se aqui o PROALENTEJO, projecto de intervenção de âmbito regional, que tem uma dimensão cronológica de médio/longo prazo, e cuja discussão proporciona aos actores da região a possibilidade de abordarem um quadro abrangente de referência, que contemple consensualmente um futuro desejável, na consecução do qual se empenhem esses actores.

Paralelamente, alguns dos actores relevantes do Alentejo, entretanto têm vindo a apresentar propostas onde expressam medidas, que na sua perspectiva podem contribuir para se ultrapassar a insidiosa situação regional acima descrita. Umas mais detalhadas, outras mais genéricas, abrangem sectorialmente, toda, ou quase toda a realidade alentejana, e de entre os principais eixos abordados incluem-se os seguintes:

- Melhoria das infra-estruturas de transportes e telecomunicações (domínio das acessibilidades); (OT, QDV)
- Desenvolvimento e consolidação duma base económica regional segundo uma lógica de fileiras (domínio do desenvolvimento económico); (Desenv.)
- Reforço da rede urbana regional, melhoria das condições de vida das populações das áreas urbanas e rurais (domínio do ambiente e condições de vida); (OT, QDV, Amb.)

- Promoção e aproveitamento integrado dos valores culturais e patrimoniais (domínio do desenvolvimento sócio-cultural); (Desenv.)
- Reforço da descentralização, em particular o reforço das condições e poderes da administração local (domínio do desenvolvimento institucional); (Desenv.)
- Uma política orçamental estruturada para esta região. (Desenv.)

A situação pouco favorável que o Alentejo tem atravessado, continua a atravessar, e provavelmente continuará a atravessar de acordo com o cenário traçado no início (o que está na origem das intervenções e propostas acima abordadas com vista a uma mudança profícua), se por um lado resulta da dinâmica e da interacção de factores internos, também não pode ser desligada da situação e evolução da sua envolvente nacional e internacional. Justifica-se assim a Parte que se segue, onde se evidenciará a realidade conducente à apreensão de factores que contribuem para o conhecimento da exogénese inerente às dificuldades de desenvolvimento do Alentejo.

BIBLIOGRAFIA

CITADA

BALABANIAN, Olivier (1980), *Les exploitations et les problemes de l'agriculture en Estremadure espagnole e dans le haut-Alentejo* (thèse de doctorat), Universidade de Clermont-Ferrand (2 vols)

BATISTA, Fernando Oliveira (1993), *Agricultura-Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra, Fora do Texto

BRANCO, Manuel (1994), "Estrategia de lucha contra la desertizacion humana e economica de la region del Alentejo" in *Territorios de Europa: Estrategias Regionales para el Mundo Rural*, Junta de Castilla/CEDRE, vol II, pp. 71-83

CAETANO, José M., REGO, Maria da Conceição (1992), "Contribuição dos fundos comunitários para o desenvolvimento da Região Fronteira Alentejana", *Jornadas Alentejo/Extremadura sobre Cooperação Transfronteira*, 11 pp. (policopiado)

CARVALHO, Mário (1997), "Roussel contaminou Odemira: O célebre empresário deixou o concelho em mau estado depois de receber milhares de contos" in *Expresso*, nº 1275, de 5/4

CASCAIS, Mariana de Jesus M. T. V. F. (1993), *A urbanização dos homens e a urbanização dos espaços -o caso particular do Alentejo*, (tese de doutoramento), Évora, Universidade de Évora

CCE (1990), *As regiões na década de 1990* (Quarto relatório periódico relativo à situação socioeconómica e ao desenvolvimento das regiões da Comunidade), Luxemburgo, CECA/CE/CEEA

CCRA (1992a), *Estatísticas e Indicadores Regionais*, Évora, CCRA

CCRA (1996), *Estudo para definição de uma base económica para a Região Alentejo* (2 vols), Évora, CEDRU

CE (1994), *Competitividade e coesão: tendências verificadas nas regiões*, (Quinto relatório periódico relativo à situação socioeconómica e ao desenvolvimento das regiões da Comunidade), Luxemburgo, CECA/CE/CEEA

CEREJO, José António (1994), "As Ilhas de Arraiolos esqueceram-se dos Açores" in *Público*, ano 6, nº 1737, de 8/12

COSTA, Joaquim Pires (1994), *Proposta de Programa Quadro Regional 94/99*, Évora, Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, 22 pp., (texto elaborado para apoio à concretização do Programa LEADER)

CUNHAL, Álvaro (1976), *Contribuição para o estudo da questão agrária* (2 vols), Lisboa, Edições Avante

EDIA (s.d.), *Alqueva, um projecto para o desenvolvimento* (folheto de divulgação), Beja, EDIA

- FABIÃO, Carlos (1993), "O passado Proto-Histórico Romano", in MATTOSO, José (direct), *História de Portugal* (vol. 1 - Antes de Portugal), Lisboa, Editorial Estampa
- FEIO, Mariano (1996), "Que futuro para a agricultura de sequeiro no Alentejo?", in *Diário do Alentejo*, Ano LXV, nº 767 (II Série), de 25/10
- FERRO, Pedro (1996), "A revolução de veludo", in *Público*, ano 4, nº 1336, de 1/11
- FONSECA, Helder A. T. Dias (1992), *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*, (tese de doutoramento), Évora, Universidade de Évora
- GASPAR, Jorge (1987), *A Ocupação e a Organização do Território-Análise retrospectiva e tendências evolutivas (PORTUGAL - Os Próximos 20 anos)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- GASPAR, Jorge (1992), "Portugal: Nota breve sobre transformações e tendências" in *INFORGEIO*, nº 4, Junho, pp. 63-69
- GASPAR, Jorge (1993), "Geografia e Ordenamento do Território" in *Colóquio/Ciências. Revista de Cultura Científica*, nº 13, Set., pp. 51-66
- IAPMEI; CCRA (1993), *Manual de Apoio ao Investidor na Região Alentejo*, Évora, IAPMEI/CCRA
- INE (1964), *X Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE
- INE (1983), *XII Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE
- INE (1989), *Recenseamento Geral Agrícola*, Lisboa, INE
- INE (1991a), *Contas Regionais (1980-1986; 1986-1990)*, Lisboa, INE
- INE (1991b), *Caracterização das empresas portuguesas*, Lisboa, INE
- INE (1992), *Portugal Social 1985-1990*, Lisboa, INE
- INE (1993), *Censos 91 (XIII Recenseamento Geral da População)*, Lisboa, INE
- LUCAS, Maria Raquel P. Ventura (1995), *A competitividade da produção de borrego no Alentejo*, (tese de doutoramento), Évora, Universidade de Évora
- MARKTEST (1991), *General and Marketing Facts*, s.e., s.l.
- MARKTEST (1992), *General and Marketing Facts*, s.e., s.l.
- MARKTEST (1993), *General and Marketing Facts*, s.e., s.l.
- MARKTEST (1994), *General and Marketing Facts*, s.e., s.l.
- MARKTEST (1995), *Sales Index*, Lisboa, MARKTEST
- MARKTEST (1996), *Sales Index*, Lisboa, MARKTEST
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1968), *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Edições Cosmos

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1976), *História de Portugal: Desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Pinheiro de Azevedo*, (Vol. I), 6ª ed., Lisboa, Palas Editores (1ª ed.: 1972)
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), *Nova História de Portugal: Portugal nas crises dos séculos XIV e XV*, (Vol. IV), Lisboa, Editorial Presença
- MARTINS, Júlio (1976) Prefácio à obra *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, de Álvaro Cunhal, Lisboa, Edições Avante
- MENDES, José Luis F. et al (1983), *Contributo para um diagnóstico prospectivo da região Alentejo*, 126 pp., (policopiado)
- MENDES, José Luis F. et al (1992), *A prospectiva do desenvolvimento e a sua importância para o ordenamento do território*, Monte da Caparica, FC&T/UNL, 23 pp. (policopiado)
- MONIZ, M. Carvalho (1995), "O pão e o trigo no reinado de D. Pedro II (II)", in *Diário do Sul*, ano XXVI, nº 6253, de 14/3
- NATIVIDADE, J. Vieira (1950), *Subercultura*, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas
- NAZARETH, J. Manuel (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença
- NEVES, A. Oliveira; PEDROSO, Paulo (1997), *Emprego, Formação e Desenvolvimento na Região Alentejo*, s.l., IEFP
- OLIVEIRA, Jorge Manuel Pestana F. (1995), *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever (Marvão, Castelo de Vide, Nisa, Valência de Alcântara, Herrera de Alcântara e Cedillo)*, (dissertação de doutoramento), Évora, Universidade de Évora (3 vols)
- PAIS, José Machado et al (1976), "Elementos para a história do fascismo nos campos: A "Campanha do Trigo": 1928-38 (I)", in *Análise Social*, segunda série, nº 46, vol. XII, pp. 401-474
- PINTO, José M. E. (1995), *Alentejo: espaços demograficamente homogéneos. Que evolução nos próximos vinte anos?* (Prova de Capacidade Científica), Évora, Universidade de Évora
- RAPOSO, José Hipólito (1977), *Alentejo - Dos Princípios à chamada Reforma Agrária*, Lisboa, Editorial O Século
- REGO, Maria da Conceição (1994), "Análise de algumas componentes do modelos de crescimento com vista à identificação de vantagens competitivas do Alentejo" in *Economia e Sociologia*, nº 58, pp. 43-54
- REGO, Maria da Conceição (1995a), "Alentejo Rural", in *Imenso Sul*, nº1, Jan-Mar, p. 16
- REGO, Maria da Conceição (1995b), "Economia: para pior já basta assim", in *Imenso Sul*, nº1, Jan-Mar, pp. 4-5
- REGO, Maria da Conceição (1996), *A competitividade e as regiões: Uma tentativa de aplicação ao Alentejo* (tese de mestrado), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Economia
- REVEZ, António Iria (1985), "A "Revolução» do Vale de Santiago", *I Congresso sobre o Alentejo* (I vol.), Évora, pp. 228-231

RIBEIRO, Orlando (1963), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa (1ª ed.: 1945)

RIBEIRO, Orlando (1970), *Ensaio de Geografia Humana e Regional*, Lisboa, Livraria Sá da Costa

RIBEIRO, Orlando (1986), "Évora. Sítio, Origem, Evolução e Funções de uma Cidade" in Raquel Soeiro de BRITO (coord), *Estudos de Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977), *História de Portugal*, vol I, Lisboa, Verbo

SILBERT, Albert (1966), *Le Portugal méditerranéen a la fin de l'ancien régime: XVIII^e - debut du XIX^e siècle*, Paris, S.E.V.P.E.N.

SILVA, Augusto (1991) "A Segunda Universidade Portuguesa - A Universidade de Évora", *Anais da UE*, nº 1

TORRES, Flausino (1970), *Portugal, uma perspectiva da sua história*, 3ª ed., Porto, Afrontamento

CONSULTADA

ALBINO, Henrique (1969), Aproveitamento industrial das madeiras de Azinho e sua importância social e económica para o Alentejo" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 185-188

ÁLVARO, Eugénia Maria R. (1995), *Contributo para o estudo de impactes sócio-económicos no concelho de Castro Verde, do complexo mineiro de Neves Corvo* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora

ALVES, Francisco Luís (1970), "Passagem do regime de sequeiro para o de regadio" in *Economia e Sociologia*, nº 8, pp. 37-42

ANTUNES, Alfredo Marçal da Mata (1969), "Política de bem-estar rural e êxodo rural: Algumas considerações sobre o distrito de Beja" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 253-267

ARS ALENTEJO (1997), *Estratégia de saúde para a Região Alentejo*, vol. II, Évora, ARS do Alentejo, mimeografia, 25 pp.

AZEVEDO, José Lúcio (1973), *Épocas de Portugal Económico*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora

BAIÃO, Humberto (1995), "Coutos, Honras e Morgadios: génese da propriedade da terra", in *Terras do Cante*, ano II, 1ª Série, nº 18, Set,-Out.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1992) "Los asalariados agrícolas, el trabajo y los territorios. El caso português", in *Estudios Regionales*, nº 31, pp. 31-44

BERNARDO, Maria Cristina C. (1994), *Habitação -Casas devolutas e degradadas, e sua recuperação, no concelho de Alvíto* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora

BESSA, M. Teixeira (1969), "Possibilidades e Limitações dos Solos da Região-Plano Sul" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 121-135

BRAGA, Domingos A. (1993), *Industrialização e desenvolvimento em meios rurais: As iniciativas municipais de Castelo de Vide e Portel na promoção do desenvolvimento local de emprego* (tese de mestrado), Lisboa, ISCTE

BRANCO, Maria Francisca V. (1994), *NUTS Baixo Alentejo e concelho de Aljustrel -uma visão prospectiva sobre o desenvolvimento, o ordenamento e o ambiente* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora

CANELAS, Manuel Ferreira Prates (1969), "Formação de Empresários Agrícolas na Região-Plano Sul" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 245-248

CANSADO, Carlos Uva (1969), "A Olivicultura e o plano de rega do Alentejo" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 209-222

CARDOSO, J. Carvalho (1969), "Subsídios para o ordenamento agrário da Região-Plano Sul" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 113-119

- CARRUJO, Maria José R. (1992), *Perspectivas para e dos finalistas da Universidade de Évora enquanto potenciais Quadros Técnicos e Científicos* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora
- CARVALHO, Jorge (1990), *Évora. Administração urbanística*, Évora, CME
- CARVALHO, Maria Leonor S.; PINHEIRO, António C. A. (1994), "Rendimento das explorações agrícolas do Alentejo à face da variabilidade da produção de pastagens e forragens e da nova PAC", in *Economia e Sociologia*, nº 58, pp. 55 -91)
- CARVALHO, Ruy L. Fernandes (1969), "Recuperação Económica do Alentejo e do Algarve", in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 49-66
- CCRA (1988), *Relatório Financeiro Regional*, Évora, CCRA
- CCRA (1989), *PIDDAC -Região Alentejo 86/89*, Évora, CCRA
- CCRA (1992), *Plano de Desenvolvimento Regional do Alentejo -Contribuição para o QCA 1994-98*, Évora, CCRA
- CCRA; CETA (1990), *Plano Energético da Região Alentejo -Síntese e Conclusões*, s.l., s.e.
- CMVN (1994), *Alguns comentários sobre aspectos do PDR/QCA - 1994/99 relativos ao Alentejo*, Vendas Novas, CMVN, 12 pp.
- COLAÇO, Maria da Saudade R. (1990), *Contributo para um estudo sobre a Qualidade de Vida no concelho de Moura* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora
- CONCEIÇÃO, Maria Elvira P. (1993), *Estudo da evolução e perspectivas de assimetrias à escala local e distrital -o caso do Redondo no distrito de Évora* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora
- CORVELO, Carlos (1991), "Alentejo 2010: Os desafios da mudança", *IV Congresso sobre o Alentejo*, Sines, 13 pp. (policopiado)
- COVAS, António (1995), "A criação da Região Alentejo: legitimidade, eficiência e política de desenvolvimento regional", *VII Congresso sobre o Alentejo* (Évora, 12 a 14 de Maio)
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE POLÍTICA E ECONOMIA DOS TRANSPORTES (1970), "Estudo e Planeamento do sistema de transportes da Região Plano-Sul" in *Economia e Sociologia*, nº 8, pp. 5-36
- FARIA, Jorge B.; FARIA, F. Limpo (1969) "Panorâmica da Indústria Extractiva da Região-Plano Sul" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 137-151
- FEIO, Mariano (1970), *A Evolução da agricultura em Portugal nos últimos decénios*, Lisboa, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências
- FERREIRA, Helena Paula M. (1994), *As configurações espaciais na Europa, em Portugal, e no Alentejo em particular -presente e futuro* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora
- FROTA, José (1995), "Segurança e Tribunais: o outro lado do Alentejo", in *Imenso Sul*, nº1, Jan-Mar, pp. 10-11

- GAIO, F. Veloso (1969), "Indústrias Florestais e desenvolvimento económico" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 153-164
- GALVÃO, José Augusto M. (1969), "O Vale do Guadiana e a Industrialização Regional", in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 83-98
- GARDÉ, Alberto (1969), "Perspectivas Horto-Frutícolas da Região-Plano Sul" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 233-235
- GONÇALVES, Gabriel da Costa (1969), "A Azinheira - Uma espécie condenada?" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 165-184
- HENRIQUES, Renano (1992), *Alentejo que futuro ?*, Beja, Associação de Municípios do Distrito de Beja
- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA; TRACTEBEL; SEIA (1992), *Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. Estudos de Avaliação Global. Síntese.*, CCE, Dir. G. das Políticas Regionais
- IDEIA (1993), *Alentejo GloCal -Programa de Desenvolvimento Local para o Alentejo (Candidatura a uma Subvenção Global)*, s.l., s.e.
- JÚLIO, Carlos (1995), "Agricultura alentejana -no fio da navalha", in *Imenso Sul*, nº1, Jan-Mar, pp. 6-8
- JÚLIO, Carlos (1995), "Ambiente: o que nos resta", in *Imenso Sul*, nº1, Jan-Mar, pp. 12-14
- JUNTA NACIONAL DO VINHO (1969), "Aspectos da Vitivinicultura da Região Sul"
- LOURENÇO, António Dias (1997), *Alentejo: Legenda e esperança* (I), Lisboa, Editorial Caminho
- LOURINHO, Isabel Cristina M., (1995), *Perspectivas de Ordenamento e Desenvolvimento do Alto Alentejo, concelho de Portalegre e concelho de Arronches, nos próximos 10 a 15 anos*, (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora
- MARD (s.d.), *Proposta para o desenvolvimento do Alentejo*, 24 pp. (policopiado)
- MARTINS, Natalino (1991), "A estrutura espacial do sistema produtivo na década de 80. Disparidades territoriais do emprego na indústria transformadora e no terciário comercializável" in *Planeamento*, nº 13, pp. 5-74
- MENDES, José Luis F. (1988), "Impacte socioeconómico das novas tecnologias e ordenamento do território" in *Emprego e Formação*, nº 5, Maio
- MENDES, José Luis F. et al (1983), *Contributo para um diagnóstico prospectivo da região Alentejo*, 126 pp., mimeografia
- MENDES, José Luis Ferreira (1986), "Preparar o Algarve 2000. Um ensaio de ordenamento" (resumo), *4º Congresso do Algarve* (vol. 2), Montechoro, pp. 811-817
- MIRA, Maria José R. (1994), *Alentejo Litoral. Cenários de Desenvolvimento para o ano 2010* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora
- NAZARETH, J. Manuel (1979), *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença

- NAZARETH, J. Manuel (1988), *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença
- NOBRE, Paulo (1995a), "Caça: negócio rentável", in *Imenso Sul*, nº1, Jan-Mar, pp. 26-27
- NOBRE, Paulo (1995b), "Não nos lixem", in *Imenso Sul*, nº1, Jan-Mar, pp. 18-19
- OLIVEIRA, Luís Valente (1996), *Regionalização*, Porto, Asa
- OLIVEIRA, Raul (1995), "Lixos tóxicos 'aquecem' o Alentejo", in *Imenso Sul*, nº1, Jan-Mar, pp. 19-20
- PEREIRA, Jaime Azevedo (1969), "O Associativismo Agrícola nos Distritos de Faro, Beja, Portalegre e Évora" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 236-244
- PINTO, Jorge Manuel O. (1992), *Alentejo - uma região ?* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora
- RAMALHO, José (1985), *Algumas reflexões acerca da problemática da desertificação no Alentejo*, Évora, CCRA
- RAMALHO, José (1993), "Desertificação no Alentejo = condições naturais + actividade humana" in *Análise Regional*, nº 8, pp. 6-10
- RIBEIRO, Orlando (1977), *Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa
- RITA, José Palma (1994), "As oportunidades dos desempregados de longa duração em regiões desfavorecidas: o caso do Alentejo", in *Economia e Sociologia*, nº 58, pp. 19-42
- RODRIGUES, António Lopes (1969), "A Distribuição de Energia Eléctrica na Região" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 99-112
- SANTOS, Marcos Olímpio et al (1993), "Os jovens alentejanos e o futuro do Alentejo" *VI Congresso sobre o Alentejo*, Portalegre, 28 a 30 de Maio de 1993, (policopiado)
- SARAMAGO, Alfredo (1997), *Para uma história da alimentação no Alentejo*, Lisboa, Assírio & Alvim
- SERRÃO, Joaquim da Conceição (1991), "A política comunitária de preços agrícolas e a rendibilidade das tecnologias agro-pecuárias alentejanas" in *Economia e Sociologia*, nº 52, pp. 75-85
- SILBERT, Albert (1972), *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*,
- SILVA, António Cardoso (1969), "Formação Profissional do Agricultor de Amanhã" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 249-251
- SILVA, João Esteves (1969), "Realidades e perspectivas da economia corticeira" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 189-208
- SILVA; Celino José R. (1995), *O planeamento estratégico e o ordenamento e desenvolvimento do território - dois estudos de caso: Évora e Lisboa* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora

TEIXEIRA, A. J. da Silva (1970), "Nota preliminar sobre drenagem em Terras Agrícolas: O caso particular do Alentejo" in *Economia e Sociologia*, nº 8, pp. 43-52

VARELA, José dos Santos (1969), "Caracterização sócio-económica da Região Sul e das perspectivas de desenvolvimento" in *Economia e Sociologia*, nº 7, pp. 5-48

VENÂNCIO, Rosalina da Conceição F. (1995), *Poder Local e Desenvolvimento. Estudo sobre a implementação de um Gabinete de Desenvolvimento Local na Câmara Municipal de Beja* (Trabalho de Fim de Curso), Évora, Universidade de Évora